

Expresso

DIRETOR FRANCISCO PINTO BALEGAÇO

SUB-DIRETOR
ANTÓNIO DE CARVALHO MARQUES BARRAL BOLSA

PAZ DA SILVA, PINTO, 27, 1.º ANDAR
1000 LISBOA, PORTUGAL



«Conferência sobre energia no Açores»

Um encontro a nível do governo regional, realizado em Ponta da Formosa, com o objetivo de estabelecer as linhas de uma estratégia de desenvolvimento energético para o arquipélago açoriano, decorreu no dia 2 de setembro no Hotel de Ponta da Formosa. A reunião foi presidida pelo governador regional, Dr. António de Almeida, e contou com a presença de representantes de várias instituições locais e nacionais, bem como de técnicos da área energética.

Pelo ano político para Garmendia e Oragoiz

Na expectativa de um encontro no próximo mês de setembro, em Madrid, o PNV (Partido Nacionalista Vasco) prepara-se para o ano político que se inicia. O partido, liderado por José Antonio Oragoiz, tem como principal objetivo a defesa dos interesses regionais e a promoção do desenvolvimento econômico do País Basco.

Vasco declina em Tancos mas a crise continua

Embora o preço das ações tenha caído, a situação financeira da empresa não parece melhorar. O balanço divulgado recentemente mostra uma deterioração significativa dos indicadores econômicos, o que reflete a crise estrutural da indústria portuguesa.

Apesar da queda no preço das ações, a situação financeira da empresa não parece melhorar. O balanço divulgado recentemente mostra uma deterioração significativa dos indicadores econômicos, o que reflete a crise estrutural da indústria portuguesa.

Das FAAs Assembleias

- Exército: pela reestruturação da Assembleia do MFA e contra Vasco Gonçalves como CEMGFA
- Força Aérea: exatidão quase total com Morais e Silva
- Armado: solidariedade com Costa Gomes

O caso Morais e Silva - Exemplo de manipulação da Imprensa

Polémicas

Dinamização e COPCON contestados em Bragança

Caso Vasco Gonçalves (e não só) atrasa VI Governo Provisório

OSUO CINQUENTA, que é designado para o cargo de ministro da Defesa Nacional, e o general António de Almeida, que será nomeado para o cargo de ministro da Defesa Nacional, são os principais nomes envolvidos no caso Vasco Gonçalves.

Embora se tenha anunciado a nomeação de José António Oragoiz para o cargo de primeiro-ministro do VI Governo Provisório, a situação política permanece instável devido ao caso Vasco Gonçalves.

A situação do arquipélago dos Açores, onde se realizou a conferência sobre energia, continua a ser alvo de preocupação. O governo regional busca soluções para os problemas energéticos da região.

Embora se tenha anunciado a nomeação de José António Oragoiz para o cargo de primeiro-ministro do VI Governo Provisório, a situação política permanece instável devido ao caso Vasco Gonçalves.

Embora se tenha anunciado a nomeação de José António Oragoiz para o cargo de primeiro-ministro do VI Governo Provisório, a situação política permanece instável devido ao caso Vasco Gonçalves.

Embora se tenha anunciado a nomeação de José António Oragoiz para o cargo de primeiro-ministro do VI Governo Provisório, a situação política permanece instável devido ao caso Vasco Gonçalves.

“M.D.L.P.” joga desejando a derrota dos nove?

A estratégia de Manóel de Oliveira, líder do M.D.L.P., parece visar a derrota dos nove membros do governo provisório. O partido utiliza a situação política para ganhar visibilidade e influência.

OMEGA TIME COMPUTER

Atém de relógio um cronómetro no mesmo pulso. Indicador das horas, minutos, segundos, mês e dia.

Visitas e telefonemas constantes



«Conferência sobre energia nos Açores»

DE SEGUNDA a quinta da próxima semana, realiza-se nos Açores, em S. Miguel, uma conferência científica internacional relativa à exploração da energia geo-térmica, em áreas de pequena dimensão. A reunião, que está a ser planeada há cerca de um ano, englobará cientistas de diversos países da NATO, visto ser patrocinada pelo Comité (CCSM) desta organização internacional que aborda os "desafios levantados pela sociedade moderna". Portugal tem participado nalgumas actividades deste Comité, nomeadamente no que respeita a assuntos ligados com energia.

Para os Açores, a reunião reveste-se de especial importância, para alguns observadores, de algum significado político na medida em que as suas características geológicas permitem gerar uma auto-suficiência energética por via geo-térmica. Recorde-se que o Governo Português se comprometeu, há tempos, a garantir os financiamentos e o pessoal necessários para a expansão da rede eléctrica de S. Miguel, com base na energia geo-térmica.

Em conversas preparatórias da conferência, foi suprido por alguns dos participantes que, durante ela, seja discutida a criação nos Açores de um laboratório destinado ao estudo da energia geo-térmica e às suas aplicações práticas (bem como, eventualmente, de outras fontes de energia a que os cientistas chamam "exóticas": sol, maré, vento. Se a iniciativa vier a ser aprovada, é natural que o laboratório (que, para funcionar, necessitará de auxílio internacional) venha a ser integrado numa futura Universidade nos Açores.

Pelo asilo político para Garmendia e Otaegui

NA SEQUÊNCIA do movimento, que se encontra em curso a nível nacional, e em que aumentam as iniciativas do "Jornal Novo" da "Lusa" e da "República", no sentido de protestar contra a condenação à morte dos dois militantes bascos, uma nova iniciativa aparece, do nosso colaborador José Augusto Seabra, no sentido da concessão de asilo político a estes militantes.

A argumentação expendida é a de que, com proscrição da pena de morte (agoa confirmada na Constituição), se afasta também "a possibilidade de estradicho nos casos em que seja impoível a entrega de um homem a um país onde lhe seja aplicável tal pena".

Em síntese, José Augusto Seabra propõe que: "Portugal esteja aberto a dar asilo no seu território aos condenados à morte, em qualquer país que seja. No caso dos patriotas bascos Garmendia e Otaegui, esse asilo seria ainda constitucionalmente viável, até porque fôrao concesso o asilo político para todos os homens que lutam pela liberdade, e particularmente pela libertação dos povos. Oferecendo, para salvar a vida de dois revolucionários, o asilo a Garmendia e Otaegui, Portugal mostraria que é um país efectivamente revolucionário, no sentido mais profundamente humano do termo. E espargia, desse modo, a imagem sobre inconscientemente dada por certos dos nossos "revolucionários" ao estado de que o humanismo não seria entre nós compatível com o socialismo — ao contrário, precisamente, de que muitos têm defendido, ao haterem-se com coragem, política, e não só, por um socialismo humanista".

Caso Vasco Gonçalves (e não só) atrasa VI Governo Provisório

TUDO INDICA que o desejo de Pinheiro de Azevedo de ter o VI Governo Provisório formado até segunda feira próxima muito dificilmente se concretizará. Esse desejo fora manifestado directamente aos vários partidos consultados e também na Assembleia da Armada. O principal obstáculo à concretização daquele projecto é a não satisfação da condição posta pelo PS e pelo PPD no sentido de Vasco Gonçalves não ser nomeado Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, e não, conforme chegou a correr, o facto de ter sido adiada a Assembleia do MFA. Na realidade, tanto para o PS como para o PPD a realização da Assembleia sem prévia reestruturação violaria outra condição fundamental para participarem no Governo.

A conversa da delegação do PS, chefiada por Mário Soares com o almirante Pinheiro de Azevedo na 4.ª feira passada decorreu de forma agitada.

O PS tomou conhecimento do acordo do Presidente da República e do Primeiro Ministro com a generalidade das condições apresentadas. Entretanto, Pinheiro de Azevedo entregou ao PS, um documento, que depois também daria ao PCP e ao PPD, contendo algumas linhas muito gerais de uma eventual Plataforma Política para o VI Governo Provisório.

Sabe-se já que o PS tem quase ultimada uma análise àquele documento, que se caracterizava

além pela sua grande generalidade. O PPD parece não o ter ainda apreciado em Comissão Política Nacional, que só voltou a reunir, desde 3.ª feira, ontem à noite, no Porto, depois da manifestação-comício organizada pelo Partido.

A troca de palavras entre Pinheiro de Azevedo e Mário Soares chegou a ser muito dura, de parte a parte, mas, depois, o próprio indigitado Primeiro Ministro reconheceu que se tinham «cedido».

O pólo essencial de debate não residiu no esquema orgânico do novo Governo, mas sim na satisfação (ou não) das condições político-militares — com relevo para a nomeação de Vasco Gonçalves.

Quanto ao PCP, já teria aceite a fórmula da coligação tripartida, e estaria talvez, a reconsiderar a sua primeira posição de não aceitar um encontro com o PPD antes da formação do Governo.

O PPD apresentou na sua audiência de 5.ª feira com o general Costa Gomes e o almirante Pinheiro de Azevedo o esboço de condições, cuja satisfação reputa essencial para integrar o VI Governo. A sua participação não era inicialmente querida nem pelo Presidente da República, nem pelo Primeiro Ministro. Mas, sendo um dos requisitos essenciais apresentados pelo regresso a um entendimento governativo PS-PPD-PCP —, o PPD veio a ser convidado para contribuir no pro-

cesso de constituição do Governo.

Enquanto que as condições apresentadas pelo PS constam de carta do seu Secretário Geral, publicamente divulgada, as condições do PPD não foram difundidas, ao que parece por decisão do Secretário Geral substituto. Alguns jornais diários obvieram, no entanto, parte das condições que passamos a enumerar. No plano militar o PPD opõe-se à nomeação de Vasco Gonçalves para Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, pretendendo ainda a reorganização da assembleia do MFA e a extinção da 5.ª Divisão do EMGFA, com inquérito às suas actividades. Reivindica também que as pastas a serem preenchidas por militares no próximo ciclo governamental sejam distribuídas por elementos do Grupo dos 9.

No plano administrativo, é exigida a realização de eleições para a Assembleia Legislativa até dois meses depois da entrada em vigor da Constituição. As eleições para as autarquias locais seriam simultâneas, o que não põe de lado a exigência da imediata substituição das comissões administrativas consideradas «não representativas».

Também no domínio da Comunicação Social, a posição do PPD é algo similar à do PS na exigência do respeito pela Lei da Imprensa, nomeadamente nos casos do jornal «República» e da Rádio Renascença. Outro ponto é o da participação dos partidos na programação da rádio e da

TV, para além da instauração de um inquérito à actuação do Ministério da Comunicação Social.

Como contributo para o soluccionamento da crise actual, o PPD pede que se respeite a legislação em vigor até à sua expressa revogação; exige que se prestigie a Constituinte, não legislando outros órgãos em matérias que sejam da sua competência.

Pede-se que as autoridades militares desempenhem as suas funções restritas. É ainda feita a exigência da desocupação de propriedades e habitações ilegítimamente ocupadas.

No plano económico, o PPD propõe medidas de aplicação imediata, parecendo encontrar-se, no essencial, com as linhas defendidas oportunamente divulgadas pelo Partido Socialista.

Um outro ponto particularmente importante que dificulta a formação do 6.º Governo é o facto de Pinheiro de Azevedo parecer pouco propenso a nele incluir os elementos do Grupo dos 9. Estes, por seu turno, também estão pouco entusiasmados com a hipótese.

Como é conhecido, sem a satisfação também deste ponto, o PS e o PPD não farão parte do Governo.

O último documento saído acerca da situação de impasses na formação do 6.º Governo Provisório é o seguinte comunicado de ontem, do Secretariado Nacional do PS:

«O Partido Socialista tem estado a seguir com a máxima aten-

ção e preocupação a evolução da situação político-militar.

As condições de participação do Partido Socialista no VI Governo Provisório foram expostas em carta do Secretário Geral ao Presidente da República. No encontro, que teve lugar na quarta-feira, o Presidente da República e o Primeiro Ministro indigitado afirmaram a sua concordância, na generalidade, com os pontos de vista expressos pelo PS. Pouco depois, foi-lhes entregue um projecto sobre as linhas de acção programática do VI Governo, que está a ser estudado pelo Secretariado Nacional do PS.

Assim o PS manifesta a sua estranheza e o seu desacordo pelo facto do V Governo continuar em funções, conforme comunicado do Presidente da República de 4/9/75, permitindo-se legislar, incongruente e, em cada caso (salvo, curiosamente, no que respeita ao funcionamento da Assembleia Constituinte), de acordo com uma orientação política que não poderá ser aquela que se pretende imprimir ao VI Governo.

Com efeito, o VI Governo não surge numa linha de evolução na continuidade. Antes tem de representar uma ruptura com a demagogia e a confusão, e definir uma política que conduza, nos factos e não nas palavras, à construção de uma Sociedade Democrática e Socialista, única forma de evitar uma recuperação pela direita do impasse a que se chegou.

Não é com declarações irresponsáveis como as que prestou à chegada o senhor Almirante Rosa Coutinho, que se poderá salvar a revolução e evitar o perigo da direita. Também não é com atitudes ridículas e despropositadas, como a moção aprovada na Assembleia da Armada contra o «Jornal Novos», que se poderá restabelecer o prestígio e a autoridade do MFA. A responsabilidade é, mais do nunca, uma condição revolucionária.

O PS tem repetidas vezes afirmado, que a solução política da crise actual passa por uma clarificação da situação militar e pela definição da esfera de competência do poder militar e do poder civil.

Nesse sentido, as resoluções aprovadas nas assembleias do Exército e da Força Aérea — recusa de Vasco Gonçalves para o cargo de Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas e da Assembleia do MFA enquanto não for assegurada a sua representatividade — constituem uma importante contribuição para a clarificação da situação militar e para a necessária representatividade democrática do MFA, condição fundamental para a constituição e eficácia dum Governo de Unidade e Salvação Nacional.

“M.D.L.P.” joga desejando a derrota dos nove?

A DIREITA contrarrevolucionária organiza-se no estrangeiro. Sinal disso é a formação e início de actuação do «Movimento Democrático para a Libertação de Portugal» (MDLP).

Este organismo político-militar que tudo indica ser presidido por António de Spínola, tem as suas directrizes políticas definidas por um Directório dirigido por uma personalidade civil (avertindo alguns observadores o nome de Costa Dias, ex-ministro do Governo de Marcelo Caetano).

Segundo os mesmos observadores, poderiam integrar esse Directório militares como Dias de Lima, ex-Chefe da Casa Civil de Spínola, enquanto este foi Presidente da República, e agora residente em Londres; Santos e Castro, que desempenhou funções militares em Angola (e irmão do antigo Governador daquele país) e Alpoim Galvão (do qual se diz que estabeleceu ligação com as estruturas em território português).

A este Directório competiria a coordenação entre as hierarquias militar e civil do Movimento, que reuniria diversas facções opostas à situação política portuguesa, indo desde alguns oficiais spinolistas até a sectores de direita mais radical.

Um dos aforismos já visíveis do MDLP é o chamado ELP, mas, recentemente, aquele tem ganho novas expressões. Assim, panfletos distribuídos profusamente no Norte e Centro do país falam da formação das «BAT (Brigadas Anti-Totalitárias)», cujos objectivos parecem ser de início de subversão política.

Sabe-se, também, entretanto, que em certos pontos do Norte do país aparecem convites a retornados de Angola para se juntarem ao MDLP com a proposta de vencimentos mensais de 30 000 pesetas (ao que se diz o vencimento normalizado).

Finalmente, vai já no seu segundo número o jornal clandestino «Viriato», impresso no estrangeiro (tudo indica que em Espanha) e enviado para Portugal.

Trata-se de uma publicação de 4 páginas, sobretudo preocupada em ataque frontal ao poder político-militar.

Não também se dão instruções acerca do comportamento político dos eventuais simpatis-

zantes do MDLP, sobretudo quando a métodos de «infiltração» em organizações de base e partidos políticos.

Diversas agências estrangeiras noticiaram vai já para 10 dias, que a actuação terrorista do MDLP se iniciaria no fim de semana passado, a partir de directivas dadas de Madrid. Simplesmente, até ao presente tal não se verificou, o que se explicaria por duas ordens de razões:

— uma ainda deficiente estruturação interna para a acção imediata;

— a espera pela clarificação do panorama político-militar em Portugal.

Assim, segundo observadores bem informados, uma derrota da chamada linha dos 9 viria abrir caminho a uma radicalização de posições, facilitando os planos do MDLP.

Ào invés, a sua vitória, e o apoio de partidos como o PS e o PPD ao poder constituído dificultaria a actuação política e armada do MDLP.

Talvez por isso mesmo, Spínola qualificou Melo Antunes e companheiros como comunistas, em paralelo a análises feitas por sectores direitistas segundo os quais os 9 representariam a «saída política» da revolução mais inconveniente para uma acção contrarrevolucionária, até por tentarem consolidar uma base social de apoio que se esborra de dia para dia.

Visitas e telefonemas constantes

PARIS (Do nosso correspondente)

Vindo do Brasil, o ex-general Spínola chegou na quarta-feira a Paris, onde deve permanecer alguns dias antes de seguir para Espanha e Suíça. Para assegurar o incógnito, o antigo presidente da República desembarcou em Orly sob falsa identidade e camuflado como óculos escuros que assim substituíram o seu célebre modéculo. No entanto, tais preocupações revelaram-se inúteis, pois os passageiros que com ele viajaram desde o Rio em classe turística não tiveram dificuldade em identificá-lo. Spínola era esperado em Orly por duas pessoas e era acompanhado por uma guarda-costas e pela sua sobrinha e secretária, Maria Luísa Campos Coelho.

Esta visita é a segunda que o ex-general efectua a França desde

que fugiu para o Brasil. Em Julho último, já tinha permanecido alguns dias em Paris para conferenciar com personalidades portuguesas. A sua comitiva afirmara então que ele se avizava nomeadamente com representantes do PS, o que Mário Soares desmentiu categoricamente por várias vezes.

Encerrado o assalto que ocupa no hotel Sheraton, Spínola recusou-se até agora a mostrar-se em público ou a encontrar-se com jornalistas, os quais assediavam: permanentemente o «hall» e as numerosas saídas do hotel. Num breve e lacónico comunicado lido à imprensa por um membro da direcção do Sheraton, António de Spínola afirmou que não tem

nenhuma declaração política a fazer e que a sua viagem a Paris e à Europa é de carácter estritamente privado. Contudo, segundo a sua comitiva no Rio de Janeiro, Spínola teria a intenção de tomar contactos — ou de renová-los — com representantes da oposição portuguesa. Aliás, segundo a direcção do hotel, o ex-general recebe muitos visitantes e passa o tempo ao telefone.

De facto, segundo informações dignas de fé, Spínola teria intenção de passar abertamente a ofensiva e, especialmente, de constituir grupos de «comandantes» formados por exilados portugueses e mercenários estrangeiros.

Vasco declina em Tancos mas a crise continua

DEPOIS DE uma longa contestação da pessoa de Vasco Gonçalves para ocupar o lugar de Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, aquele oficial graduado em general acabaria por, depois de haver exposto as suas razões em assembleia de forças armadas, declinar a nomeação feita pelo Presidente da República. Isto aconteceu, ontem, na reunião que terminou cerca das 21... em Tancos, na Escola Prática de Engenharia e em que igualmente foi tentada a reestruturação do Conselho da Revolução. Esta assembleia, no entanto, como se verá mais adiante, não pode ser considerada representativa das Forças Armadas, sendo, por conseguinte, de prever que tal reestruturação virá a ser posta em causa.

Ao contrário do que outros meios de informação, nomeadamente o Telexnotas das 20.30 da ontem afirmaram, o brigadeiro Pizarra Correia não esteve presente na reunião da tarde e o brigadeiro Charais compareceu apenas em virtude de ser o "dono da casa".

No final foi lido um comunicado cujas principais passagens, de teor marcadamente político apresentamos. Depois de haver relatado que foi focado o problema de Angola e Timor e de haver transmitido que na reunião o Presidente da República esortara à unidade das Forças Armadas, inclusivamente em relação com os problemas da descolonização e que o Almirante Figueiredo de Azevedo se refira aos trabalhos em curso para a formação do Governo de que é primeiro-ministro indigitado, o comunicado acrescentou: "o sr. General Vasco Gonçalves fez a exposição dos seus pontos de vista

sobre a actual crise politico-militar, tendo, no final, declinado o lugar de Chefe de Estado Maior GENERAL DAS Forças Armadas, após o que se retirou.

Os Chefes dos Estados Maior do Exército e da Força Aérea aplicaram as razões que levaram a não haver presença de delegados dos respectivos ramos. Procederam, em seguida, sobre a reestruturação do Conselho da Revolução acrescentando o comentário que, os três Chefes dos Estados Miores apresentaram o resultado das votações dos ramos. Os nomes indicados de acordo com o comunicado foram os seguintes:

"Presidente da República, general Francisco da Costa Gomes.

Pelo Exército:

general Carlos Alberto Soares Fátima, general Otelo Saraiva de Carvalho, general Pinto Soares, brigadeiro Manuel Franco Charais, brigadeiro Pedro João Pizarra Correia, capitão Vasco Correia Lourenço, capitão Rodrigo Manuel Sousa e Castro, capitão António Alves Marques Junior.

Pela A. 2.ª:

almirante Pinheiro de Azevedo, vice-almirante António Alvaro Rosa Coutinho, capitão de mar e guerra Ramiro Correia, capitão de fragata Manuel Martins Guerreiro, capitão-tenente Carlos de Almada Coutinho, primeiro-tenente José Manuel Miguel Jacás.

Pela Força Aérea:

general José Alberto Morais da Silva, general António José de Pinho Freire, major José Bernardo de Castro e Castro, major José Manuel da Costa Neves, major José Daniel Coutinho Pereira Pinto, capitão Vítor Manuel Graça e Cunha. Foi decidido que o CR procederá com

numeroso grupo defendia radicalmente a não ida à Assembleia, outros elementos adiantavam a tese "de que seria melhor estarem todos presentes, todos unidos, coesos", tese habitualmente sustentada pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, e Presidente da República, general Costa Gomes, e mais tarde insistentemente re-defendida pelo general Carlos Fabião. Já de madrugada decidiu-se então por uma nova ADE, que viria a ter lugar em Tancos ontem de manhã, a fim de que se esclarecessem melhor as resoluções tomadas e se declarasse, com carácter definitivo, qual a atitude a assumir. Para alguns dos oficiais presentes no QG a persistência de Costa Gomes em manter a realização da AMFA para o dia seguinte foi definida como proveitosa. "o último acto político do Presidente", interrogado pelo EXPRESSO, esse oficial disse apenas que "considerava um puro suicídio para Costa Gomes, o insistir nessa Assembleia visto que tanto o Exército como a Força Aérea haviam sido bastante claros na sua tomada de posição quanto à sua realização". O mesmo oficial, referindo depois a posição do Grupo 9, disse que "eles eram a única alternativa de esquerda possível e eficaz, para este país". E acrescentou: "se não tomarmos nenhuma decisão, corremos o risco de ser ultrapassados pela direita, e isto mesmo dentro das Forças Armadas". Interrogado depois sobre qual o imediato projecto político (ou político-militar) que defendem neste momento responderam-nos apenas que "agora acabaram-se definitivamente as credências. Informamos de tanto o Presidente Costa Gomes, há poucos dias de que a nossa atitude era firme e irrevogável, e que, se necessário for, iremos até às últimas consequências...". E a finalizar, analisando as estranhas e sucessivas tomadas de posição do Presidente da República, declarou-nos "ser impensável a insistência na convocação para a Assembleia Geral do Movimento das Forças Armadas, convocação autoritária, autoritária, totalmente fora do âmbito do 25 de Abril, em vez de decorar-se a nível verga-14, a decisão da emagadora maioria, que lhe aponta precisamente o contrário". Um outro oficial pertencente ao mesmo Grupo adiantou depois ter impetuosamente o Presidente Costa Gomes de se decidir na sexta-feira, sobre qual a decisão a tomar, "visto nem o país nem os meios militares, podem continuar a sustentar um clima como este em que o país tem vivido nestas últimas semanas".

Veio, portanto, a reunir-se ontem de manhã uma nova

Assembleia do Exército, em Tancos, no cinescópio da Escola Prática de Engenharia, para analisar a atitude a tomar perante a decisão do general Costa Gomes de manter a convocação da Assembleia do MFA. Em termos puramente legais, a situação era complexa, na medida em que se estava perante um confronto directo entre uma decisão tomada por uma assembleia representativa e uma ordem do Comando Supremo das F.A. O ambiente anterior ao início da assembleia era de relativa exaltação, pois os delegados do Exército não encontravam qualquer justificação para alterar a sua anterior decisão. Por outro lado, não estava presente a delegação de Angola, e dos Açores compareceu um número reduzido de delegados. Quanto ao grupo que se colocara em posição minoritária na reunião de sexta-feira (ver pág. 3), estava todo presente.

Como é habitual, iniciou a reunião pelas 10 horas, o general Fabião, que fez um momento apelo à unidade das F.A., referindo os graves problemas que o país atravessa, exigindo uma grande coesão na condução da vida política e militar. Colocou também a questão da confiança que devem merecer os delegados ao Conselho da Revolução, que só podem exercer eficazmente as suas funções desde que correspondam à vontade do povo português e dos membros das F.A. que, em última análise, representam.

Falou depois o capitão Vasco Lourenço que, numa linguagem muito clara e dura, denunciou as manobras a que as F.A. estavam a ser sujeitas, não poupando as críticas às suas cúpulas que, activas ou passivamente, aceitavam vários tipos de "manipulação política".

Imediatamente a seguir, o capitão Sousa e Castro teve uma longa intervenção em que procurou estabelecer as coordenadas de uma análise política de actualização. Considerou indubi possível tempo com o aprofundamento de certas ambiguidades de algumas figuras militares e afirmou também que não considerava "ser este o momento mais apropriado para interpretar certas questões pertencendo de todo e exclusivamente ao campo da disciplina ou acontecimentos ocorridos em Angola, onde um destacamento militar foi despojado das suas armas e publicamente insultado. Utilizando a afirmação de Carlos Fabião de que "a Marinha quer dialogar", Sousa e Castro fez um sério ataque a esta ramo das F.A., considerando-o um ramo elitista, que sempre gozou de privilégios, negados aos outros militares e que

Continua na pág. 12

V. Gonçalves não é CEMGFA

Continuação de pág. 1

contribuiu, de forma muito significativa, para a manutenção do regime anterior ao longo das suas várias fases.

A sua análise política obrigou-o a considerar necessário recordar as origens da tentativa de golpe militar de 1961, onde os interesses da política americana, aliados a uma certa fracção do capitalismo português, se defrontaram contra o capitalismo de "centro", de base comercial e colonialista, que permitiu a decisão de Salazar "para Angola, rapidamente e em força". A história dessa tentativa de golpe — disse — está ainda por fazer, mas é fácil verificar que, com a "abertura" marcelista e com a entrada substancial de capitais americanos em Portugal, há personalidades que sobem rapidamente na hierarquia militar e chegam a ocupar pontos-chave após do seu passado "oposicionista".....

Neste contexto, o que se devia reafirmar era que os "nove" são a única alternativa de esquerda não comunista consequente. De facto, continuou Sousa e Castro, basta

analisar o que ficaria se os "nove" fossem de algum modo afastados do centro de decisão política: apenas a ala ligada (ou unificada) ao PCP e certas personalidades em relação às quais não é possível ter uma ideia clara das suas intencões e dos seus compromissos políticos: Fáblio, Pinheiro de Azevedo, Morais e Silva, Otelo, Costa Gomes.

Perante os dados da sua análise, Sousa e Castro concluiu: as hipóteses actuais são ou um golpe fascista ou um golpe social-fascista. É neste quadro que terá que se reafirmar que, no mínimo, o grupo dos "nove" é coerentemente anti-fascista.

Finalmente, o capitão Castro defendeu o princípio de que não se pode contestar o resultado da anterior reunião dos delegados do Estreito a menos que se pretenda optar pela via de contestar todas as decisões tomadas democraticamente por qualquer assembleia, o que seria um perigoso precedente.

Suadaram-se algumas intervenções que complementavam afirmações já produzidas, así que pediu a palavra o general Otelo Saraiva de

Carvalho para fazer o que alguns presentes consideram uma das mais corajosas intervenções de que se recordam e que, em qualquer circunstância, foi uma prova exemplar de coragem e honestidade política. A escofia das palavras do general Otelo esteve numa vigorosa denúncia, ilustrada com casos concretos, das inúmeras manipulações e influências a que os militares têm estado sujeitos desde Abril de 74. Em particular, explicou com clareza as pressões a que os membros do Directorio foram sujeitos quando decidiram reintegrar no Conselho da Revolução o grupo dos "nove" momento em que os oficiais de unidades do CDRGON se reuniram com Pinheiro de Azevedo para manifestar a sua total oposição a que tal reintegração se viesse a concretizar, chegando mesmo a pôr em causa a capacidade do general Otelo para continuar a ser o seu chefe. Curiosamente, são estes mesmos oficiais que agora apresentam propostas no sentido de os militares recolherem a quartéis, abandonando a actividade política.

Foi ainda referido que sempre

que o Conselho da Revolução tomava qualquer decisão tinha sempre que considerar qual seria a reacção de certas unidades, o que manifestava o exercício de um efeito de pressão que nada tem de democrático.

Neste momento, o ambiente dentro da assembleia era climatizado de explosivo, tendo o major Dinis de Almeida afirmado que face a tais acusações era inevitável o confronto. O general Fábilo conseguia imprimir um mínimo de ordem na reunião, tendo então saído da sala Dinis de Almeida.

Fec-se também uma consulta à assembleia, por voto secreto, sobre confiança que mereciam os delegados ao Conselho da Revolução, na sequência de uma proposta inicial de Carlos Fábilo. Os resultados obtidos foram os seguintes: mais votados no que respeita à confiança que deles é depositada e por igual número de votos Carlos Fábilo e Otílio Saraiva de Carvalho; imediatamente a seguir, Marques Júnior; depois, e muito próximos uns dos outros,

Charais, Pezarat Correia, Melo Antunes, Sousa e Castro e Vitor Alves; depois, e claramente distanciado, Pinto Soares; a seguir, e também muito próximos uns dos outros, Corvecho, Macrão e Ferreira de Sousa; finalmente, e distanciado deste último grupo, Vasco Gonçalves, para além desta votação foi ainda aprovada uma moção de confiança política em Vitor Crespo.

No que se refere mais explicitamente ao problema concreto da presença na Assembleia do MFA marcada para a tarde poucas dúvidas existiram desde o princípio quanto à decisão que seria tomada. Como curiosidade, refere-se apenas que a tática seguida pelo grupo que tradicionalmente se associa às posições de óptima de Vasco Gonçalves foi, desta vez, a de "deterner-nos" regularizadamente considerando que a marcação da Assembleia para a tarde tinha sido uma decisão do comandante supremo das F.A. em relação à qual nenhum militar poderia levantar oposição.

Pelas 13 horas, é lido o comunicado final pelo Capitão Vasco Lourenço, o qual é do seguinte teor:

"A Assembleia dos Delegados do Exército reuniu-se extraordinariamente, sob a presidência do chefe do Estado-Maior do Exército, general Carlos Fabião, e fim de se debater sobre os últimos acontecimentos político-militares, e clarificar a sua posição, perante a convocação da Assembleia de Delegados do M.F.A., feita por Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

Atendendo à natureza política do acto de presença na Assembleia do M.F.A. e não estando em causa a disciplina militar nem o respeito pela pessoa de Sua Excelência o Presidente da República a quem esta Assembleia de Delegados do Exército, representando o Exército, presta homenagem, foi tomada a seguinte decisão:

Ratificação e cumprimento das decisões tomadas na última Assembleia de Delegados do Exército e que são as seguintes: Não aceitação do general Vasco Gonçalves no cargo de chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas;

Não comparticipação à Assembleia do M.F.A."

Vasco Lourenço respondeu, depois, a perguntas de jornalistas, tendo no que se refere à crise que envolve o país afirmado textualmente: "Vamos ver se resolvemos a crise sem fazeremos castelo pela mesma corralhada grana que pode ir até um confronto armado".

Paralelamente, os delegados da Força Aérea reuniram, a meio da manhã, nas proximidades, precisamente na Escola Prática de Engenharia, da Base Aérea n.º 3. Presente, também, o Chefe do Estado Maior da Força Aérea, general Moraes da Silva.

Moraes e Silva, por sua vez, declarou também aos jornalistas que não podia haver Assembleia do MFA caso faltasse um dos ramos, o que evidentemente significava o boicote da Força Aérea.

A seguir à reunião da Assembleia do Exército, Carlos Fabião, acompanhado por Otelo Saraiva de Carvalho e seguido pelo major Tomé, da P.M., deu entrada na messe de oficiais da Escola Prática de Engenharia. Carlos Fabião, no objecto informado, depois de haver dito que o "Exército sou eu", que

era o único porta-voz credenciado por aquele ramo à Assembleia do MFA que ali vinha eventualmente a realizar-se. O major Tomé, por seu turno, declarou secamente que "uns querem a Revolução, outros não".

Entretanto, deu entrada na EPE o Chefe do Estado Maior da Força Aérea, Moraes e Silva que, em contacto com os jornalistas, afirmou que vinha para saber (já havia sido a decisão final do Exército, tendo ainda reafirmado a determinação da Força Aérea de ficar solidária com o Exército. Logo a seguir, chegou Martins Correia e Vasco Gonçalves que, após alguns minutos de vinda de Costa Gomes, Finheiro de Azevedo, Ros Coutinho e um grupo de outros oficiais da Marinha, a quem cumprimentos, dirigindo-se todos para a Messe. Depois, Ramiro Correia Começa, então, uma reunião às cerca das 15 e 30, em que participaram, nomeadamente, Costa Gomes, Finheiro de Azevedo, Carlos Fabião, Moraes e Silva, Rosa Coutinho e Vasco Gonçalves.

Nesta reunião, terão pagado pela realização da Assembleia do MFA, Finheiro de Azevedo e o próprio Costa Gomes, contrariamente à tese defendida por Carlos Fabião e Moraes da Silva, estes mandatados como únicos representantes dos seus ramos militares. Ignora-se a posição que terá tomado Otelo Saraiva de Carvalho que, entretanto, havia conversado, largamente, com o Presidente da República. Reuniram-se, depois, como resultado deste encontro, o Presidente da República, os três Chefes do Estado Maior, os Comandantes das Regiões Militares, a grande maioria dos delegados da Armada, os delegados do Exército e poucos da Força Aérea, na sua quase totalidade sintonizados com Vasco Gonçalves. Estive também na Escola Prática de Engenharia o Secretariado da S.ª Divisão em bloco, que não chegou a entrar no recinto onde decorreu a reunião.

Assembleias das FAs destroem a Assembleia do MFA

Exército: pela reestruturação da Assembleia do MFA e contra Vasco Gonçalves como CEMGFA

DAS 14 LONGAS horas que durou a Assembleia do Exército, realizada em Tancos na passada terça-feira, as mais dramáticas terão sido as três horas e dez minutos em que Vasco Gonçalves esteve presente.

A Assembleia correu astrafada, cerca das 11.00 da manhã, em virtude do sequestro, prolongando-se até de madrugada. A interrupção para o almoço verificou-se às 14 horas e, quando, às 16.00, os delegados regressaram à sala de deliberações onde a reunião se efectuava, depararam com Vasco Gonçalves na mesa da presidência. Um dos participantes — Melo Antunes — perguntou imediatamente a que se devia a presença do ex-primeiro-ministro ex-futuro CEMGFA? na mesa da presidência. A resposta foi dada pelo general Fábilo: "Eu sei que o convidei".

Vasco Gonçalves só interveio cerca das 17.30 e ao seu discurso (que trazia escrito nos repetaxmes adiante.

Antes, porém, interessa dar uma ideia do ambiente em que decorreu a Assembleia do Exército. Pode dizer-se que a primeira fase, de manhã, serviu, basicamente, para "partir pedras", como se diz em gíria militar. Abriu a sessão o general Fábilo que teve uma intervenção muito cautelosa, procurando defender, a todo o custo, o princípio da unidade do Exército. Embora contrastando com declarações muito claras postas anteriormente a jornalistas presentes, nomeadamente no que diz respeito às dificuldades que seriam criadas pela eventual nomeação de Vasco Gonçalves para CEMGFA, esta intervenção ponderada de Fábilo foi interpretada por alguns dos presentes como uma forma hábil e tra-

dicional de evitar um compromisso directo e claro que de algum modo influenciaria os trabalhos da Assembleia. Referiu-se, ainda, Carlos Fábilo à crise político-militar e às incertezas e indefinições por esta provocadas, no que respeito a uma caminhada coerente e sem sobresaltos para um socialismo aceite pela maioria do povo português. Depois desta intervenção introdutória seguiram-se algumas análises de índole local ou regionalista, destacando-se as afirmações do capitão Porto, de Évora, que fez uma análise crítica da forma oportunista e inconsequente que tem caracterizado a execução da Reforma Agrária no Alentejo, apontando os perigos que assim se mita a desenvolver e que, a médio prazo, podem pôr em risco os traços essenciais desse projecto. Curiosamente, o capitão Andrade e Silva, defensor das formas concretas de que se tem revestido a execução da Reforma Agrária, não teve qualquer intervenção.

Doas moções

Logo a seguir foram apresentadas duas moções (subscritas, basicamente, por elementos dos Novos e por diversos signatários da primeira hora do Documento por eles elaborado). Uma respeitava à indesejabilidade da presença de Vasco Gonçalves como Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. A outra, contestando a actual composição da Assembleia do MFA, reputada pouco representativa do pensar e sentir das Forças Armadas e, mais especificamente, do MFA, em virtude da pouca democraticidade utilizada na designação dos

elementos que a compõem, propunha que, até à sua reestruturação, o Exército não comparecesse a qualquer nova Assembleia do MFA. A partir desse momento, surgiram várias vezes discordantes distinguindo-se o capitão Cabral e Silva e o capitão Mendes Gonçalves e acusando diversas vezes a Assembleia de "ser manobrada". Além disso, Cabral e Silva apresentou uma proposta ao sentido de passarem à reserva 6 dos membros do grupo dos Novos, excluindo o brigadeiro Frasco Charais, comandante da Região Militar do Centro, o major Costa Neves, da Força Aérea e o capitão Sousa e Castro, do Exército.

Agitação na assembleia

Intervim a responder Vasco Lourenço e Sousa e Castro. Este colocaria, aliás, um problema simples mas que contém uma importante análise de conteúdo político: no estudo de um processo revolucionário é necessário distinguir a "origem de classe" da "posição material de classe". No seu caso particular, e olhando para os camaradas presentes naquela Assembleia, não tinha qualquer dúvida sobre quem estava, de facto, ao lado das classes mais desfavorecidas.

Aliás, como a sua mulher se encontra desempregada, só podia que, a ser passado à reserva (pois imediatamente se solidarizaria com os seus camaradas), um dos camaradas que cumulas dois ou mais lugares, e em uma situação económica desastrosa, lhe cedam um deles desta resposta foi considerada uma indirecta ao capitão Cabral e Silva, que não foi nunca

AS ASSEMBLEIAS dos três ramos das Forças Armadas, que esta semana puseram a descoberto a falta de democraticidade interna da Assembleia do MFA, nascida em grande parte de jogos cupulistas nos corredores de palácio ou de quârtel, acabaram por destruir por dentro a Assembleia do MFA (ver pág. 1). Nota discordante foi a Armada, que, não representa mais de 25 por cento dos efectivos, está próxima da linha política de Vasco Gonçalves.

Do que foram essas assembleias damos conta a seguir, de harmonia com as nossas possibilidades de investigação, nas reportagens que se seguem (dizemos "de harmonia com as nossas possibilidades", para significar que tais assembleias não são abertas, embora nelas se tratem problemas vitais para o povo português, tanto ou mais, neste momento, que a Assembleia Constituinte).

conhecido pelas suas ideias de esquerda antes de 25 de Abril de 74, e se enquadra na observação de Sousa e Castro, até porque é assistente em Belas Artes e pouco por lá aparece).

E ainda o capitão Sousa e Castro, comentando as várias referências de alguns oficiais participantes, como o major Tomé e o capitão Cabral e Silva, a "opções de classe" afirmou claramente que não entendia tal referência, visto que, se elas se reportavam à origem de classe, o pai dele (Sousa e Castro) era um modesto factor da CP e, se se relacionavam com a situação material, estava pronto a trocar a sua posição com a de "alguns bustros revolucionários da nossa praça". (presume-se que a menção se dirigiu a Vasco Gonçalves). Por outro lado, no seu entusiasmo, o capitão Cabral e Silva referiu-se às suas condições que o antecederam, dizendo que tinha falado a "linha social-democrática". Ora, como um deles fora o major Tomé, logo Vasco Lourenço sugeriu que Tomé se desagrasse da afirmação de Cabral e Silva, que já o incluía na "social-democrata".

Esta fase da Assembleia foi bastante agitada, tendo inclusivamente o capitão Cabral e Silva ameaçado fisicamente o major Avenino Teixeira, por este se repetir repetidas vezes ao "PCP e seus laicos".

Dinis de Almeida e Tomé

Poderá ainda acrescentar-se que o teorizar de ideias de que a Assembleia foi um documento vivo, se agravou com a aprovação para discussão de uma proposta do major Dinis de Almeida (do RAL), no sentido de os militares actualmente empenhados no processo político, regressarem aos quartéis, sendo o governo entregue a uma coligação, de acordo com as percentagens resultantes das eleições de 25 de Abril de 1975 para a Assembleia Constituinte.

Esta proposta tinha subjacente a acusação de que, no fundo, tudo o que se passava em termos de crise político-militar se reduzia a uma mera luta de ambições pessoais pelo poder, subalternando o conteúdo ideológico das linhas em

Continua pág. 4

Exército contra Vasco Gonçalves

Continuação de pág. 3

confronto (seria mais tarde reatada, por requerimento apresentado pelo brigadeiro Franco Charais).

Por outro lado, o major Tomé, da PPM, defendeu também uma proposta verbal semelhante, onde, para além do regresso a quartis se defendia a necessidade de as Forças Armadas desenvolverem um esforço concreto de apoio e desenvolvimento das lutas e organizações de trabalhadores. Assim se criaria um poder paralelo, com uma dinâmica própria e certamente diferente da do poder governamental civil.

Entra Vasco

Foi neste ambiente escaldante, dando bastante trabalho ao moderador, capitão Vasco Lourenço, que a Assembleia se desenrolou até à inesperada (para alguns) aparição do general Vasco Gonçalves, logo a seguir ao intervalo para o almoço. Surgiu aí um problema, em consequência da introdução de uma proposta visando limitar o tempo de intervenção de cada orador a 5 minutos, talvez porque a intervenção do major Tomé, na apresentação da sua proposta, foi muito longa. O general Vasco Gonçalves que, repita-se, trazia um discurso preparado, informou que as suas declarações demorariam bastante mais tempo do que isso. Por outro lado, entendeu que deveria poder usar da palavra antes da votação das moções.

Os dois pedidos foram satisfeitos, talvez mais pela consideração em relação a um homem que, à sua maneira, se entregou à luta política, do que pelo facto de o ex-primeiro ministro ter defendido que não vinha buscar votos.

Vasco Gonçalves falou durante 40 minutos, terminando cerca das 18.10 h. Levou essencialmente o texto que trazia escrito, embora improvisando, de quando em quando, e, jogos, de certo modo, à defesa, na medida em que procurou atacar os Nove e o Documento destes. Rebatendo as acusações que nesse Documento lhe são feitas. Além,

quando pôde, as culpas para Palma Carlos e Spínola e para a herança que este deixou, tanto no plano político, como no plano económico, chegando a insinuar ligações directas com o Documento dos Nove. Interrompido para pedidos de esclarecimento, estes foram remetidos para o final da intervenção. Tentando sensibilizar os presentes, Vasco Gonçalves deparou com uma Assembleia maioritariamente já desafiada, até porque o debate sobre a sua nomeação já fora longamente feito.

O primeiro contrador de Vasco Gonçalves foi o major Avertino Teixeira, o qual, lembrando que o ex-primeiro ministro havia afirmado que nunca tomara decisões sem consultar os interessados, declarou que fora demitido de Presidente do Conselho de Administração da SNV (proprietária do "O Século") por decisão unilateral de Vasco Gonçalves, sem ser ouvido o Conselho da Revolução ou a Assembleia do MFA.

Intervenção de Melo Antunes

Falou, também, excedendo o limite de 5 minutos, o major Melo Antunes, escutado com a maior atenção, que contra-stacou o general Vasco Gonçalves, afirmando, nomeadamente, que, se era certo que, há cerca de um mês e meio, havia concordado com a nomeação deste para CEMGFA não podia, de modo algum, manter a sua opinião de então, em virtude das circunstâncias políticas se haverem substancialmente alterado, aumentando consideravelmente a controvérsia à roda da figura de Vasco Gonçalves e tornando inquestionáveis as posições em causa.

É curioso e importante registar que, no início da sua intervenção, Melo Antunes fez um elogio da personalidade e da dedicação política de Vasco Gonçalves, sublinhando que a sua discordância política actual não o impedia de reconhecer o papel importante que o ex-Primeiro-Ministro tinha desempenhado. Vasco Gonçalves retribuiu com elogios de idêntico teor, reconhecendo a

posição revolucionária e socialista de Melo Antunes.

Para além de razões de ordem prática, um argumento teórico pareceu também afastar Melo Antunes de Vasco Gonçalves. É que este defende, sem rodeios, a tese leninista de que são as vanguardas revolucionárias, nomeadamente a classe operária, que devem dominar e conduzir o processo revolucionário, enquanto que o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros é da opinião de que, atendendo à realidade portuguesa, a revolução só terá éxito se obtiver uma larga base de apoio social, incluindo nesta a pequena burguesia e amplas camadas da média burguesia, de modo a constituir um bloco histórico que garanta a consolidação das conquistas realizadas e o desenvolvimento do processo de transformação da sociedade portuguesa.

Para além desta contradição principal quanto à concepção da ordenação de um processo revolucionário, uma outra surgiu no desenvolvimento do debate.

Enquanto Vasco Gonçalves considera que a separação fundamental se deve estabelecer entre classes exploradas e classes exploradoras (o que o leva a concluir que Portugal se desenvolverá nos palcos do bloco socialista, onde, em sua opinião, uma divisão não existe ou está em vias de desaparecer), Melo Antunes tem uma concepção muito mais complexa, considerando que a divisão fundamental no mundo contemporâneo se estabelece entre países ricos e países pobres e que é neste contexto que Portugal terá que definir a sua escolha.

Personalidades não estão em causa

O debate que se estabeleceu em torno da contradição principal ou da acção foi considerado muito útil, até porque permitiu tornar claro para toda a Assembleia que o que se defronta são duas concepções distintas e não grupos de personalidades.

Esta discussão teórica esteve na origem, não apenas da discussão

entre Melo Antunes e Vasco Gonçalves, mas também de outras intervenções contraditórias do então indigido C.E.M.G.F.A. Pizaral Correia, por exemplo, considerou que Vasco Gonçalves estava encicelado a um partido político e as outras acusações o general Vasco Gonçalves respondeu que eram calúnias e que nada estava provado. Também Vasco Lourenço, numa intervenção considerada muito dura atacou o ex-primeiro ministro, o qual foi afirmado "é falso", "não posso estar calado".

E por não poder estar calado e por se sentir abatido e derrotado, Vasco Gonçalves abandonou a Assembleia de János cerca das 19.10, não tendo, assim, sido necessária a concretização de uma proposta no sentido de Vasco Gonçalves sair da sala durante a votação. Acompanharam-no alguns dos oficiais presentes, nomeadamente Cabral e Silva, Leal de Almeida (comandante do Rall) e Diria de Almeida. Alguns destes oficiais regressaram depois à sala, sendo notada a ausência de Cabral e Silva.

Depois da eflorescência causada pela súbita partida do ex-primeiro-ministro, foram votadas, por braços erguidos, as duas moções apresentadas de manhã.

A primeira respeitante à reestruturação, em moldes democráticos, da Assembleia do M.F.A., e especificando que, a não ser reestruturada, o Exército não ia tomar parte, foi aprovada por 176 a favor, 47 contra e 40 abstenções (a diferença de dois votos ao total não foi explicada). A segunda referente ao repúdio de Vasco Gonçalves como C.E.M.G.F.A., foi aprovada por 180 votos a favor (entre os quais Otelo e Fabião), 47 contra e 38 abstenções. Ficou o general Fabião de transmitir as moções ao Presidente da República.

Durante este período, foram particularmente notados os silêncios do general Otelo Saraiva de Carvalho e dos brigadeiros Charais e Corvoche.

Também os sargentos presentes não falaram sendo estranhado a não intervenção do 1º sargento Gil, do Exército, ligado ao Gabinete do

Primeiro Ministro) e, quanto aos cabos e praças, apenas um cabo, de tendência UDF, fez uma intervenção do tipo das de Américo Duarte na Assembleia Constituinte quando lá ia, sustentando que não eram de admitir naquela Assembleia discussões entre reformistas e sociais democratas, quando havia tantos problemas graves a tratar.

O caso Angola

Cerca das 20.10, depois de um curto intervalo, iniciou-se a apreciação da situação em Angola.

A representar as Forças Armadas presentes neste Estado encontraram-se 30 oficiais, sargentos e praças, e não apenas 30 oficiais como declararam alguns órgãos de informação, cuja participação activa (e não como observadores) foi solicitada pela Assembleia.

Por outro lado, não é certo que essa delegação se interessasse directamente na Assembleia do Exército por imposição de cédula. Foi a própria Assembleia que votou, autorizando a sua participação.

As exposições feitas pelos membros do MFA de Angola retrataram de forma interna as factas dramáticas do conflito armado naquele território, em termos análogos a passagens do Comunicado da Comissão Nacional de Descolonização divulgado oficialmente no mesmo dia.

Foi também apresentada uma proposta de extinção do Regimento da Polícia Militar, em consequência dos últimos acontecimentos (cruesa de embarque para Angola), mas foi positivamente abandonada de um lado, argumentando que a responsabilidade principal da acção não pertence aos soldados, mas sim aos seus comandantes, que não os souberam preparar para a missão que tinham a desempenhar.

O conselho geral foi de que deveria ser exigida a apresentação à Nação do problema angolano em toda a sua extensão e realismo, de modo a conseguir em seu redor uma autêntica mobilização do povo português.

Força Aérea: Unanimidade quase total com Morais e Silva

UMA LONGA reunião de mais de 12 horas foi a Assembleia de Delegados da Força Aérea, reunida antecostem na Escola de Altos Estudos da Força Aérea, na Base Aérea n.º 1, próximo de Sintra.

Compunham a Assembleia, recentemente reestruturada pelo Chefe do Estado Maior, no sentido de lhe conferir maior representatividade das bases, mais de 160 membros, repartidos por 86 oficiais, 30 sargentos e 23 praças.

Esta composição tornava a Assembleia menos numerosa e portanto mais operacional do que na sua estrutura prevista na Portaria n.º 453/75 de 24 de Julho, em que o número total de membros ascendia a 230, sendo então a proporção mais favorável aos oficiais, em detrimento dos sargentos e praças (130, 65, 35, respectivamente).

Em consonância com o princípio da representatividade, foram excluídos membros que o eram por inerência e não por eleição, devido a pertencerem a Comissões ou Gabinetes do ramo.

A Assembleia ouviu uma exposição do General Morais e Silva, Chefe do Estado Maior, acerca da actual conjuntura político-militar, e em que ele explicitou as motivações conducentes à sua tomada de posição pública através da difusão de um comunicado oficial.

Após longos debates acerca deste tema, e de outros com ele conexos, a Assembleia dos delegados da Força Aérea deliberou apoiar a posição do seu Chefe de Estado Maior, que designadamente se opunha à nomeação

de Vasco Gonçalves para CEMGFA.

A votação foi concludente tendo havido 137 votos a favor da qual apote, 6 votos contra e 19 abstenções.

Também decidiu a Assembleia fazer depender a sua participação na Assembleia do MFA, a realizar em Tancois, no dia seguinte, de uma prévia decisão nesse sentido da Assembleia do Exército. Teria pesado nesta deliberação o argumento da escassa representatividade de uma Assembleia do MFA, que mantivesse a mesma composição do passado.

Outro tema que também foi abordado foi o do tratamento dado por certos meios de comunicação social às votações das diversas unidades da Força Aérea, que foram esmagadora-

mente a favor de Morais e Silva, ao contrário das notícias por aqueles divulgadas (vide pág. 13).

A mesa que presidiu à Assembleia foi presidida pelo general Morais e Silva, ladeado pelo general Pinho Freire, e pelos major Costa Martins, Canto e Castro, Pereira Pinto e Costa Neves.

Além das deliberações acima referidas, a Assembleia foi preenchida por largos períodos de questões postas à mesa. Nesta deram entrada duas moções referentes, respectivamente, à situação dos 9 oficiais suspensos, e posteriormente reintegrados no Conselho da Revolução, e a problemas das praças e sargentos. A sua apreciação parece ter ficado adiada para nova Assembleia, a convocar oportunamente.

Armada: solidariedade com Costa Gomes

A DOMINANTE na Assembleia de Delegados da Armada que se realizou no auditório da Escola Naval, no Alentejo, na 4.ª feira, com a presença de 209 elementos, foi o apoio às últimas decisões do Presidente da República, entre as quais se contam, como mais significativas, a nomeação do general graduado, Vasco Gonçalves, para Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e de Pinheiro de Azevedo para Primeiro Ministro.

Segundo as nossas fontes de informação, a Assembleia da Armada colocou o acento técnico na pessoa de Costa Gomes, por ver nele a individualidade que, no momento, é capaz de congruar uma certa unidade à sua volta, o que, desde logo, se tivemos em atenção as votações do Exército e da Força Aérea, (contra V. Gonçalves e pela reestruturação da Assembleia do MFA) faz recair na pessoa do Presidente da República a maior das responsabilidades no desen-

sarilhar da situação presente. Os trabalhos da Assembleia abriram com uma exposição do Almirante Pinheiro de Azevedo,

Primeiro Ministro indigitado. Pinheiro de Azevedo havia de estar, aliás, em evidência, pela tomada de posição, inclusivamente, no referente a Vitor Crespo: ao «Jornal Novos» e à formação do Governo, esta a sua principal tarefa de momento.

Segundo declarou Pinheiro de Azevedo, renunciar ao cargo de Primeiro Ministro se não conseguir formar Governo até 2.ª feira, ou se pelo menos não se lhe apresentarem boas perspectivas para tal.

Quanto à pessoa de Vasco Gonçalves, a tomada de posição do Pinheiro de Azevedo identificou-se na prática como a da maioria dos delegados ali presentes: o problema não era de personalidades mas de linha política, embora Pinheiro de Azevedo chegasse a afirmar, já há

algum tempo, vinha defendendo a saída de Vasco Gonçalves.

No respeitante ao Governo, para Pinheiro de Azevedo é indispensável a participação do Partido Socialista, o qual já apresentou as suas condições, sumas de aceitar outras de discutir.

Ataques ao comandante Vitor Crespo

Os ataques ao comandante Vitor Crespo sucederam-se durante largo tempo, tendo sido verberada a sua participação na elaboração do «Documento dos 9», de que é um dos autores.

Vitor Crespo havia de abandonar a Assembleia da Armada antes dela terminar. Foi atacado, frontalmente, tendo-lhe sido retirada a confiança militar de acordo com uma proposta apresentada

por Faiva de Andrade da CDEIA e, algumas praças. Pinheiro de Azevedo acrescentaria à moção, não apenas confiança militar, mas também política. Nesses ataques distinguiram-se algumas praças e sargentos que garantiriam ter 80 % de apoio nas respectivas unidades, o que, segundo as nossas fontes, não corresponde à verdade completa. Na discussão relativa a Vitor Crespo, cuja moção foi aprovada por 119 votos a favor, 35 contra e 14 abstenções, defrontaram-se linhas de opção política, ultrapassando

a discussão o âmbito do individual que nunca esteve em causa. Confinou-se, sim, aos projectos políticos que se defendem para este país.

Recorde-se que Vitor Crespo foi um dos principais homens do 25 de Abril, dos raros da Armada, e que, em Moçambique, colaborou estreitamente com a FRELIMO no período crítico da descolonização.

O caso «Jornal Novo»

Também a Assembleia se ocupou do «Jornal Novo», tendo aprovado a seguinte moção: «A Assembleia da Armada verificou que, mais uma vez, a Marinha foi tratada nas páginas do «Jornal Novo» de uma forma que se considera ofensiva do prestígio e dignidade da Armada.

Constatando que o facto apresenta características de difamação sistemática, constituindo um abuso da liberdade de imprensa, a Assembleia avisa solenemente o «Jornal Novo» que a Armada se reserva o direito de acções revolucionariamente, em justa defesa do seu prestígio, se casos de idêntica natureza se voltarem a repetir».

Esta tomada de posição da Armada tem sido muito comentada em meios nacionais e estrangeiros, sublinhando-se o despropositado, insólito e ridículo da mesma. O próprio «Jornal

Novo» já tomou posição, anteriormente, pela pena do seu director Artur Portela Filho, sublinhando igualmente o ridículo daquela atitude. Espera-se, por outro lado, com certa ansiedade, o que se disporá fazer o almirante Pinheiro de Azevedo em relação ao caso «Jornal Novo», pois quando o problema estava a ser discutido na Assembleia, alguém lhe perguntou, mais ou menos por estas palavras: «E se o «Jornal Novo» vier para a nós criticar a nossa tomada de posição, brincando, inclusivamente, connosco, que se fará depois?» Pinheiro de Azevedo teria, então, afirmado, com energia, que agiria revolucionariamente.

Ainda em relação com a Assembleia da Armada, onde se notou, uma certa efervescência, é de sublinhar que o contributo desta para o 25 de Abril foi muito restrito, comentário este que amide se ouve nos meios do Exército. Por outro lado, esta Assembleia continua por reestruturar e parece que, por enquanto, não há planos para tal.

Com vista a eleições gerais

DEPOIS DE uma semana decisiva, que incluiu uma ou duas noites decisivas, houve um dia (sexta-feira) decisivo, que, mau grado as variadas peripécias, pouco mais originou do que mais um fim de semana decisivo, que provocará mais uma semana decisiva, no decurso da qual se pressupõem algumas noites decisivas.

E assim continuamos, há meses, sem que do decisivo se passe à decisão. E assim o país vai deixando de acreditar e se vai recusando a participar. E assim nos vamos saturando de uma política que não é de todos, mas só de privilegiadas e auto-erigidas cúpulas.

Quando os aviões, os helicópteros ou os "Mercedes" pretos se dirigem para Tancos, quando as Assembleias militares terminam às tantas da madrugada, quando os jornais "furam" reuniões secretas ou as emissoras divulgam em primeira mão comunicados e contra-comunicados, já ninguém se perturba, emociona ou vibra. O que há é uma crescente e nauseante sensação de vazio.

Quando o Governo Provisório dá conta da sua inebriante actividade, quando o Presidente da República se vê forçado a informar que, a seu pedido, o V Governo Provisório se mantém em exercício de funções, quando o "Diário do Governo" protela a publicação (por falta de promulgação?) do que o V Governo Provisório legisla, já ninguém se espanta, aflige ou preocupa. O que há é uma enorme e irreversível sensação de desemprego.

Quando o indigitado Primeiro Ministro do VI Governo Provisório procede às suas consultas, quando os ministros do V Governo Provisório fazem os impossíveis por pertencer ao VI, quando os principais partidos políticos tornam públicas as suas condições para pertencerem ao VI Governo Provisório, já ninguém discute, comenta ou interpreta. O que há é uma progressiva e irreprimível sensação de descrença.

Quando o PCP quebra a Frente de Unidade Revolucionária, quando o PCP diz que não e que sim ao VI Governo Provisório, quando o PCP diz que sim e que não a Vasco Gonçalves, já ninguém se inquieta, surpreende ou opina. O que há é uma inequívoca e longínqua sensação de "dejá vu".

Quando os jornais, a rádio e a televisão dizem cada um a sua coisa a respeito do mesmo facto, quando os manifestantes cercam o "Diário de Notícias", quando a Armada se propõe actuar revolucionariamente contra as fotomontagens do "Jornal Novo", já ninguém ri, chora ou aplaude. O que há é uma sufocante e inconfiável sensação de ridículo.

Quando Spínola volta à Europa e afirma o que vem afirmando, quando os imperialismos e sub-imperialismos colocam os seus interesses materiais e políticos acima da vida dos portugueses de Portugal, de Angola ou de Timor, quando a indecisão, a indefinição, a ambiguidade, a incapacidade, a cobardia, a ambição do poder e as estratégias tragicamente erradas vão criando as condições óptimas para o regresso das direitas ferozes, já ninguém protesta, se indigna ou se une. O que há é uma permente e amrga sensação de angústia.

Quando os desempregados se organizam em comissões e os angolanos ocupam o Banco de Angola, quando as donas de casa sentem na bolsa a crise económica, quando os economistas não sabem como a resolver, já ninguém aceita, admite ou compreende. O que há é uma involuntária, mas forte sensação de revolta.

Quando, perante tudo isto e o muito mais que se poderia exemplificar, os considerados responsáveis persistem nos seus jogos florais, quando se toma consciência de que os desentendimentos entre militares e o engrossar das milícias civis armadas podem conduzir a uma guerra civil, quando se desconfia da tibieza e da duplicidade de quem, pelo menos, poderia (ou teria podido) desempenhar o papel de árbitro supremo, já ninguém colabora, apoia ou espera. O que há é uma impaciente e rancorosa sensação de descrença. O que há é o propósito de lutar por aquilo em que ainda se acredita, a intenção de dar ajuda só a quem a mereça, a força de recusar o que está provado não servir, a vontade de mudar de facto e para sempre.

Entre a raiva e a indiferença, entre o ataque pessoal e o bocejo impassível, entre o reino da mediocridade e o primado da incompetência, vai o país sendo arrastado e com ele os portugueses.

Mas os portugueses estão descontentes, cada vez mais clara e ostensivamente descontentes. Não querem o regresso do fascismo, por mais disfarçado de "direita democrática" que ele apareça, e veem que são os que mais berram contra a reacção que tudo fazem para que esse regresso se verifique. Não querem passar fome, nem viver mal, nem ser reduzidos a um sub-desenvolvimento ainda maior do que o herdado de Salazar e Caetano, e vêm que as medidas drásticas e os planos magistrais até aqui adoptados não resolvem, antes agravam, a crise económica. Querem um mínimo de autoridade e um máximo de democracia, e veem que o zero de autoridade cria o caos, que conduzirá ao máximo de autoridade e ao zero de democracia.

Tudo indica que, com uma ou outra alteração, normalmente para pior, não se sairá desta situação, enquanto não houver, por parte dos militares, a começar pelo Presidente da República, uma definição do que pretendem. Então, das duas uma:

— ou são eles que desejam governar, com as plenas responsabilidades inerentes e a aceitação (ou não) do povo.

— ou entendem que devem ser os civis a tomar conta dos destinos do país, cumprindo-se então, se e como necessário, o pacto constitucional.

A medida que o tempo vai passando, a segunda hipótese vai se tornando a única viável. Para que ela seja aplicável na prática, é indispensável que a Constituinte acelere os seus trabalhos, reunindo dia e noite se preciso, de modo a que as eleições gerais possam efectuar-se dentro do mais curto prazo e que, nesses dois a quatro meses de espera, se possa começar a viver com clama, na expectativa (senão na quase certeza) dos resultados eleitorais.

Não esqueçamos, no entanto, que, em face do caos em que temos vindo a cair, um Governo de civis, sejam eles quem forem, só poderá efectivamente governar, se tiver a apoiá-lo umas Forças Armadas revolucionariamente unidas e democraticamente disciplinadas.

Expresso

15-09-06

8

CASTRO, António de
 REGO, Vítor Cunha
 BARRENECHEA, Eduardo

EDUARDO BARRENECHEA, chefe de redacção do vespertino madrilenho "Informaciones" escreve sobre as relações Portugal Espanha, especialmente sobre o carácter que elas assumiram após 25 de Abril e debruça-se sobre as perspectivas futuras dessas relações à medida que a situação política evolui no nosso País. Por seu lado o nosso colaborador ANTONIO DE CASTRO aborda, do seu ponto de vista, aquilo que considera como o dilema da situação portuguesa: "Democracia ou ditadura".

Para VITOR CUNHA REGO em "Um pouco de Coragem", a alternativa que se põe na fase actual é uma nova política económica, alicerçada na institucionalização do triunvirato Estado-Sindicato-Empresa como "a única arma capaz de nos dar os recursos e a paz necessárias ao pagamento da passada conta da descolonização e à solução do problema do desemprego".

Radiografia de um país

António de Castro

NA VISÃO repetidamente formulada do Gen. Vasco Gonçalves, Portugal, as Forças Armadas e a Revolução encontraram-se perante o simples e trágico dilema: revolução ou reacção. Cremos que o dilema existe, mas é outro: democracia ou ditadura!

O país não está em crise, o país é crise de alto a baixo. Crise civil expressa no abandono do governo pelo PS e FPD, crise que o chamado "Documento dos 9" veio mostrar existir no campo militar, com a mesma ou maior intensidade e com semelhantes linhas de rumo.

O aspecto mais importante do "Documento dos 9" não será tanto a tomada de posição de um grupo militar, sem sequer a alternativa político-económica que mais se pôde que propõe. Importante, é, sobretudo o facto de ser provocado a definição política das Forças Armadas, o desbloquear do modo, a consciência de força e direito que anseia à maioria, dos elementos moderados, aqueles que lutam pela democracia: não é só política para o povo mas também indiscutivelmente política feita pelo povo.

Numa palavra o "Documento dos 9" tem o grande mérito de provocar e sobretudo mostrar a "geografia política do poder militar", analogamente ao que as eleições para a Constituinte provocaram e mostraram a nível civil.

O DESCONTENTAMENTO

O descontentamento grama, a desilusão cresce: "no Norte le vale bem a pena lá ir para ver e ouvir em Lisboa, em Portugal, em todos os sítios meios e ambientes. O verbalismo, a incompetência, e a incompetência estão em risco de matar a esperança. E o assalto ao

poder, a avidez política, o desprezo pela vontade popular, não só matam a esperança como acendem o ódio. Inútil e demoesnóstico e não democrático. Há que pôr cobro a tudo isto, mas o caminho não é a simples repressão policial. Enquanto a "República" e a "Renasença" não forem restituídas, enquanto as autarquias locais não forem expressão do desejo popular, enquanto os meios estatais de comunicação não forem veículo das virtus tendências, enquanto a Interindical não tiver o devido "desportivismo eleitoral", enquanto tudo isto não acontecer, não haverá paz neste país, e a marcha colectiva, a revolução, está bloqueada. Há que respeitar a vontade popular!

A primeira rodada da lira foi paga pelo PC e seus aliados, a segunda será paga pelo próprio MFA, como árbitro e motor desta revolução, como o grande responsável do que se passa neste país. A menos e queira Deus que assim seja que seguramente o MFA esteja, se pocha, com o povo!

As alternativas

Este país que saiu de uma ditadura, não quer entrar noutra. Tem-o mostrado claramente. Que solução poderia ser a de entregar o poder a 20% de um povo, que não quer, que acordou para os seus direitos e que dia a dia mais tenazmente aprende a defendê-los? Provocar a mais sangrenta repressão da História? Provocar uma guerra civil de dimensões catastróficas? Não nos iludamos. É urgente, talvez questão de dias, salvar a democracia!

Que será do descontentamento colectivo dentro de um mês? Que será quando em breve tivermos

conosco 300 000 angolanos, justamente indignados, sem nada a perder e sabendo bem a quem deverão pedir contas? E quando a crise económica, inevitável, se abater com o seu cortejo de desempregados e falências? Que será deste país quando a consciência de humilhação nacional com o desastre de Timor, de Angola o nosso próprio desastre, etc. se radicalizar e radicalizar no espírito nacional!

Eme o grande perigo da ditadura de extrema direita! Está à vista, está-nos a encaminhar para lá! E esta sim, não nos iludamos, vai encontrar, actualmente, eco no povo português. Que está cansado e farto e indignado! Ou temos já a linha moderada civil e militar, ou dentro de poucos meses teremos um fascismo a sério.

MFA! salvem a revolução que fizeram! Já! Que amanhã será tarde! Se o favorável das minorias continuar, o país que não quer a ditadura cunhalista foge para o verdadeiro fascismo. Se o "lançamento público" não se faz já, a extrema direita nem precisa de se organizar, o país é-lhe oferecido de bandeja. Apoiar o PC, apoiar o gongalismo, é neste momento "fazer o jogo objectivo da reacção". Devido ao seu autoritarismo, o PC é, neste momento, e neste país, o mais forte aliado da contra-revolução.

Voltemos ao princípio: o verdadeiro dilema não é como nos querem fazer crer, entre a revolução ou reacção. Mas sim entre democracia e ditadura. Entre fascismo e verdadeira revolução popular. Para o Povo, do povo e com o povo.

Sabedores do MFA, agora escolham!

Um pouco de coragem

Victor Cunha Rêgo

TEM SIDO uma boa ocasião para avaliar o que somos e o que queremos e como — amostras revolucionárias não faltaram exemplos clássicos. Estes chegaram a ser exaltantes; tivemos os "desgraçados" e os "enraivecidos" que marcaram a queda do Antigo Regime, tivemos (e temos) os soviets de marinheiros, tivemos um arremedo daquela juventude do proletariado cantada desde Maio de 1968 como a única força revolucionária contemporânea.

O Rossio encheu-se de bondé à Lenine. Entretanto, o país e o povo português (dos vales do norte às planícies do sul) seguiu a marcha ditada inflexivelmente pela sua própria vida. País e povo empobrecidos tinham, e têm como meta principal a de todos os pobres deste mundo: menos "a cada um segundo as suas necessidades" e mais "a cada um segundo os seus desejos". Leia-se Hannah Arendt.

Para lá dos monstros — CIA etc. — a inventar por uma esquerda filocomunista sempre com desculpas de mal pagadora, talvez haja alguns homens capa-

zes da autocrítica e da humildade necessárias à análise dos equívocos que ditaram logo de início o rumo da revolução. Por exemplo: uma das pedras que fez decantar o comboio do PCP foi o PS. Quem diria que o PS viria a ter o peso que teve? Só aqueles que sabem ser a abundância não outra coisa — a miragem dos pobres...

Doutro parte porque não conseguiu, até agora, o PS atravessar o Rubicão do poder político? Porque como na França descrita por Tocqueville, quando o amor dos portugueses pela liberdade despertou, eles já tinham concebido (na tal unidade antifrancês) em matéria de governo um certo número de noções que não só dificilmente coexistiriam com instituições livres mas também, quase, lhes eram contrárias.

Ao homem descrito por Rousseau e aos discípulos de Robespierre, juntaram-se o "apartheid" racial dos nossos comunistas e o importante aparecimento dos "conselhos revolucionários". Um mandá para os observadores alienígenas.

Nesse turbilhão, ao som dos tambores de duas gerações saídas, abruptamente, das paredes cinzentas do café provincial para as longas noites africanas, confundiu-se tudo.

O mais grave desse confusão, o que realmente virá a contar para a História, terá sido a incapacidade de descontinuar os desígnios dos imperialistas no domínio da nossa descolonização. De Lisboa a Díli, de Cabo Verde a Macau tratava-se de desco-

lizar um Império onde avultavam os grandes espaços marítimos — as colónias do próximo século. A dança da História é cruel, diria Marx. A Marinha criou o Império. E agora, no reflexo da maré de cinco séculos, entregou os mares...

Para falar disso, entretanto, haverá muito tempo nesta terra agora pequenina e que está votada a longos períodos de reflexo e de crónica pachorrenta...

Mas há dois erros, duas confusões, dois equívocos, menos dolorosos é certo mas mais imediatos, que convém sublinhar desde já: o primeiro é o da oportunidade, extraordinária, que se está perdendo de estabelecer novas relações entre o Estado e a Igreja, o segundo é o risco que corremos, também, de perder o relevante impulso da democracia de base.

Das relações entre o Estado e a Igreja o que sobressai é a disponibilidade demonstrada por esta nos primeiros meses da revolução, para aceitar um regime socialista, no plano interno, e neutralista, no plano externo. Esse era o caminho indispensável para a nossa independência nacional que uma minoria (onde pontíficos a 5° Divisão) atirou pela janela fora com a inconsciência própria dos mal educados.

Quanto aos conselhos de base, que demonstram o legítimo desejo de acção e participação contra o simples e arcaico papel representativo desempenhado pelos partidos políticos, também essas conquistas correm riscos porque se confundiu o poder político com a administração e a gestão. Os conselhos foram

lançados, aventureiramente, contra a imprescindível e poderosa máquina do Estado. Diga-se, a passagem, que o PCP, apesar da hipocrisia do saamento é, nesse aspecto, o menos culpado. E diga-se também, e ainda de passagem, que é nessa muralha das organizações de base (a única muralha de aço — osível) que a direita, se não for prudente e inteligente, acabará por arrebentarse.

Ninguém governará este país nesta época, desprezando a necessidade inclusível de co-determinação das chamadas massas populares nos seus destinos ao nível do poder político e só uma grande capacidade de imaginação (não vivel a olho nu nas élites direitistas actuais) poderá recriar o indispensável (para a direita) corporativismo.

Outro dos erros do basismo foi, desde 28 de Setembro de 1974, a ofensiva cega contra a social-democracia. Fazendo da social-democracia o seu alvo principal, os conselhos revolucionários cometeram uma falta grave. Não foi para combater a social-democracia que, em 1956, na Hungria se criaram, em poucos dias, centenas de comités de moradores e de trabalhadores logo destruídos pela boca da opressão nacional e estrangeira. Foi para combater o integralismo estatal e o terror político. E agora?

Enredado em contradições, mergulhado em estráxia linguística de verniz sociológico, o país está à mercê da contra-revolução que surge, de novo, como redentora da pátria e da ordem e agitado — suprema ironia — em nome da liberdade.

Richelieu e Salazar não desdenhariam governar o país arrastado, chato, plano, que sobeirá, dentro de um ou dois anos, após o cictone da paranaia e da incompetência, tanto mais que desse país desapareceu boa parte do «complexo de culpa» esquelético de grupos sociais pouco-burgueses cujo desajo de ascensão está, agora, livre de laços de vasallagem. Mais do que nunca o país está preparado para o avanço duma nova classe burguesa que só a extrema-direita parece capaz de atrapalhar após o fracasso do maximalismo esquerdista.

O «ou vai ou racha», tradição saloa do napoleónico-leninista «on s'engage et puis on voit», pior do que um crime, foi um erro.

Estaremos condenados a voltar, com ainda maior perigão, o caminho da Grécia dos últimos trinta anos?

Se não houver, já, imediatamente, o recuo para as alianças políticas destruídas pelo 28 de Setembro e pelo 11 de Março, sem dúvida, e, se um conflito violento se registar, então, a desrota será pacífica por muito que o desespero possa levar alguns a crer em retaliações armadas posteriores.

Alienado, com sacrifício da própria vida, deixou ao Chile a grande vantagem de ter evitado a guerra civil. Por isso Pinochet não terá tantos anos de governo quanto teve Franco.

Um Pinochet é pouco provável em Portugal menos pela dimensão dos dois corpos armados (afinal Pinochet era um homem considerado leal). Aliado às poucas semanas antes do golpe) do que pelos interesses da Europa Ocidental.

Mas há, na perspectiva histó-

ria do socialismo, perigos maiores do que os do Chile.

E agora? Parece simples: ou existem condições para a concretização do Pacto Institucional entre militares e civis e essa seria a alternativa mais conveniente à associação dos comunistas ao governo — ou não existem. Neste caso só o sufrágio universal, sem restricções, e a todos os níveis, poderia legitimar um regime democrático e roubar à extrema-direita a legitimidade que ela procura cimentar nos laços do afrontamento.

Há duas grandes forças políticas legitimadas nas eleições de 25 de Abril. É um bom ponto de partida para tentar diminuir as tensões políticas. Depois haveria que fazer eleições gerais, accotando a presença de sectores conservadores (uma certa hierarquia social) ou seja, o regresso à ideia da «democracia vigiada» de que falava o bravo major Otelo Saraiva de Carvalho nos tempos em que tinha os pés no chão.

Como encontrar a rampa de relançamento desse projecto? A penosa incapacidade de decisão da mais alta estância de poder actual e as perpétuas castanhas iniciais deste VI Governo tornam as coisas difíceis. Talvez só o PS pudesse neste instante — se assumisse, plenamente, o papel de grande partido democrático e nacional — achar a saída do túnel. A imediata «licação dos meios de informação ao serviço duma nova política económica, corrigindo os «feitos das nacionalizações divergentes, é condição inarredável.

Essa nova política económica, alicerçar na institucionalização do tripartido Estado-Sindicato-Empresa, na consequente política de preços e salários e, ainda, no credito externo, é a única

arma capaz de nos dar os recursos e o paz necessários ao pagamento da passada conta da descolonização e à solução do problema do desemprego. A alternativa é a baderna onde os retornados de Angola representariam um exército bem mais motivado e aguerrido do que o dos rapazes do boné à Lenine.

Todas as opiniões têm um resumo: um pouco de coragem moral e política, civil e militar, parece-nos a única forma de evitar o confronto de que sairão, certamente, vencedores os sectores ultramontanos. Falamos da coragem de reexaminar imediatamente, a realidade política e económica anterior ao primeiro governo Vasco Gonçalves, de desmontar a máquina golpista, de erguer a muralha do Estado de Direito que impediria a contra-vingança, (ou a contra-contra-vingança) e sobretudo, de substituir o actual grupo militar-civil dominante através do sufrágio universal garantido pela força das hoições. Só assim se evitaria o afrontamento e um prolongado período semeador de violências.

Os decretos do Gonalvismo foram actos de insanias na construção da máquina corruptora e ineficaz dum Estado-Monstro insaciável de escudos, dólares e rublos e que, com o Dragão, acabará, talvez, por exigir o exorcismo dum S. Jorge.

Os ultimatas — estalinistas — golpistas teriam, se as coisas chegassem aí, então, repetido em Portugal o que têm feito em todas as zonas subdesenvolvidas onde não chegam as lanças do império grão-russo: liquidar a possibilidade social-democrata e, por consequência, fortalecer a extrema-direita.

longo — a evidente luta pelo controlo do poder desencadeada pelos meios oficiais desde há algum tempo em Espanha — a mais notoriamente desde que no Verão de 74 Franco sofreu uma grave doença —, move-se somente dentro do espectro político que abarca desde o centro-direita à extrema-direita (traduzido na actual gíria portuguesa a «esquerda» permitida em Espanha situar-se-ia, quanto muito à direita do PPD, sendo o CDS um partido do centro tolerado, mas não governante.

Se é verdade que a situação espanhola (desde o seu êxodo à sociedade e economia) não permite em absoluto uma comparação com a situação portuguesa anterior ao 25 de Abril, é igualmente evidente que o processo político de Portugal marcou e está igualmente marcando de forma directa o processo político espanhol, lato modo sentido involucionista. A medida que a revolução (por etapas) portuguesa se radicalizou à esquerda comunista, Espanha viu restar-se a força dum ala direita que tinha perdido o combato no princípio dos anos 60. A escalada do PCP em Portugal e — sobretudo a afirmação como se processou — controlando as cúpulas do poder nos meses passados, serviu como a melhor contra-propaganda, como o método mais sólido para travar as ideologias de esquerda em Espanha... A anunciada lei contra o comunismo em Espanha — que fez nascer a lei contra a maçonaria e o comunismo ditada depois da guerra civil — talvez não tivesse chegado a ressuscitar se a revolução portuguesa não estivesse em curso.

Ninguém poderá aventurar-se a vaticinar o que sucederá no hipotético caso de que em Portugal se estabeleça um poder popular revolucionário que «ultrapasse» o comunismo pela es-

querda. O reflexo em Espanha poderia ser a definitiva viragem à direita mais quimicamente pura.

Mas, como dizia alguns atrás, não são só as circunstâncias de índole política interna as que atraem a Espanha mais para a direita enquanto Portugal vira mais à esquerda, mas também — de forma evidente — os condicionamentos da política internacional e geopolítica.

A estratégica posição geográfica da Península Ibérica — apêndice da Europa, chave do Mediterrâneo, miradouro sobre África e «porta-aviões» do Atlântico — faz com que se um dos dois países ibéricos procure uma posição de não alienação ou se apoie no bloco oriental, o outro «agardar-se» (os EUA) adopte medidas de segurança (ou para a sua própria segurança). Sugieram esta posição os países da Europa Ocidental e de forma significativa os pertencentes à NATO, que não ocultam o seu medo a um Portugal «de esquerda».

É indubitável que a pressão exercida durante largos anos sobre a Espanha, tanto pelos EUA como pelas democracias europeias ocidentais (Mercado Comum), no sentido de considerar o regime espanhol como «algo homologável» (autoritário) para fazer parte como membro de pleno direito da Comunidade Europeia, abrandou nos últimos meses. Num Portugal de esquerdas — comunista ou «populistas», tanto os EUA como os governos da Europa Ocidental abrandaram os contínuos ataques e críticas ao regime espanhol. Um Portugal esquerdista, mas absolutamente isolado por uma Espanha marcadamente satocomunista, é um mal menor. Uma Península Ibérica de esquerdas, mesmo que não fosse comunista, «fechadas» o Mediterrâneo e faria dos já chamados «socialismos do Sul» (França e Itália) uma força indi-

gerível pelas social-democracias «do Norte» (Alemanha Federal, Países Nórdicos, Bósnia, etc.).

O tema é demasiado amplo para, poder ser tratado com alguma profundidade num breve artigo. Faria falta pormenhorar os casos «independentistas» dos Açores e Madeira, a situação das Canárias como novo «miradouro» sobre a África perante a independência do Saara espanhol, o isolamento em que cairá Marrocos perante um Saara independente, mas fortemente influenciado pelo regime socialista argelino, a espectacular escalada do Partido Comunista italiano e a não menos espectacular do Partido Socialista francês, ambos nas últimas e respectivas eleições, etc.

Tudo junto — pois é impossível «desuni-los» — possibilita que a direita mais radical coste hoje em Espanha com vazes, com cartas, que não poderia presumir nem sonhar antes do 25 de Abril de 1974.

Nada de novo debaixo do Sol... Durante 47 anos, 10 meses, 24 dias e algumas horas toda a gente, todos os países — incluindo os denominados democráticos — se esqueceram da existência no recanto mais ocidental da Europa de um povo — o português — que sofreu uma das mais longas e negras ditaduras da história moderna. Hoje não é estranho que certos interesses internacionais considerem tranquilizador que a evolução da Espanha — condicionada tanto pela sua situação social como económica — seja caracterizada por uma maior liberalização política possa ter uma evolução muito mais lenta.

(1) «A raiz de Portugal. A Fronteira do desenvolvimento». Edit. Afrontamento, Porto, por E. Barreiros e A. Basaco.

HENRIQUES, Júlio
 SARAIVA, José António
 PONTE, Luís Nunes da

Expresso

75-09-06

8

JOSE ANTONIO SARAIVA continua hoje a sua digressão pelo, quanto possível, interior do PCP. Depois de, no número passado, ter mostrado que, embora vencido em todas as frentes, o PCP conseguiu, com a sua versatilidade tática, fazer depender de si a saída da crise política, hoje fala das consequências (para o Partido e para o país) da possível efémera vitória deste. JÚLIO HENRIQUES

escreve sobre a extrema-esquerda, denunciando o «dirigismo» de todos os grupos que os faz preterir o conceito de «auto-emancipação dos trabalhadores, conceito que, na opinião do autor, «ou é uma prática de hoje assumida e exposta ou não é coisa nenhuma». Finalmente, LUÍS NUNES DA PONTE luta contra a «forma dogmática de construção do socialismo».

A extrema-esquerda e a frente unida

Júlio Henriques

contido com as suas realizações. E na medida em que negam a auto-emancipação dos trabalhadores que todos os partidos se encontram, sejam de esquerda, de extrema-esquerda, ou de direita. Acrescente-se que a nível da extrema-esquerda, e mesmo em Portugal (onde só tem praticamente havido lugar para o populismo nacionalista, baldo na noção da "independência nacional") agrupamentos há que por vezes defendem a auto-emancipação ou para si apontam à em particular o caso da LUAR. Porém, a auto-emancipação não é um projecto que se defenda para amanhã ou a uma prática de hoje, assumida e exposta, ou não é coisa nenhuma. É óbvio que o conteúdo da auto-emancipação dos trabalhadores começa por ter de verificar a nível da organização — mas tem de ter "vocação suicida" (auto-dissolver-se no movimento geral de que apenas é um elemento). Porque uma organização que veja a sua acção como um crescendo que atinge o seu ponto máximo com a conquista do poder de Estado ("em favor dos trabalhadores" — é claro...) só é revolucionária em sentido estreito: na medida em que elimina concorrentes políticos (e posteriormente despiques do poder de Estado). Isso é, na medida em que, por ex., são revolucionários os militares — ou os "pot-fugases".

Continua a mostrar-se evidente, cremos, que a extrema-esquerda não tem um campo de acção próprio, independente. Prontamente porque tem de privilegiar o político e subalternar o social (o movimento autónomo da classe, ou se a ela se compare social-democrata ou ao campo

putschista. A sua alternativa é meramente política: criação de um poder de Estado que, ditando-se representante e defensor do proletariado, o dirigirá enquanto proletariado (i.e., enquanto formador de trabalho assalariado). Ora, contrária ter presente este dado fundamental: que a única alternativa possível à sobrevivência do modo de produção capitalista se encontra (ho-já) na capacidade de subverção dos seus fundamentos e apoios por parte de quem os produz — a classe operária. E que estes fundamentos têm existência mundial, isto, que pode ser visto como uma perspectiva "pessimista", procura, porém, apenas apontar para os limites das possibilidades de alteração da ordem social hoje existentes num país como Portugal. E para a indispensabilidade da crítica de tudo o que toche e mantenha o movimento social.

Estas notas vêm a propósito da amostra mais recente e mais "dramática" do que parece ser aquela impossibilidade de acção independente da extrema-esquerda: o pacto de 25 de Agosto assinado por seis destas organizações (o PCP e o MDP. Em relação a duas delas, em particular, não houve surpresa (PSP, MES). Já

em relação à LUAR houve uma certa demissão daquilo que melhor ou pior vinha defendendo (o "poder popular") A LCI, segundo o velho esquema da "frente unida operária", também não trouxe surpresas. E o FRP, depois do fracasso da "operação conselho" como sua organização de massas, viu na PUP uma inesperada oportunidade para sair do seu

isolamento — coisa que, aliás, mostrou no fundo todos os seus agrupamentos. Ora, a PUP não é apenas, ou sobretudo, o PC (pois se dá ao luxo de depois de "pulso" vir a dizer que não foi criada para simples razão de que a PUP não existia...), para se apressar depois da manifestação unitária, em melhores condições penais e seu conhecimento de peso — o PS — como parceiro que não pode ser menosprezado e para impôr condições ao quadro político. É um exemplo típico das alianças a que, extrema-esquerda se vê obrigada com a miragem de conquistas ou poder que julga ao alcance da mão, sem se pôr a questão que se tratam poder que só pode ser exercido contra os trabalhadores, porque não é o deles. O pacto de 25 de Agosto não é, pois, uma aliança ou uma ingenuidade por parte da extrema-esquerda: é uma coerência na medida em que a extrema-esquerda assenta na mesma lógica de condução controlada (cada organização defendendo sobretudo ou antes de mais a sua existência particular enquanto organização, face ao movimento social: organiza para se organizar, mobiliza para ela própria crescer enquanto poder separado).

Quanto aos marxistas, que não aderiram ao pacto (o P, de Maio foi rapidamente chamado à ordem), não é fútil em virtude do processo de criação de partidos directamente rivais do PC que não possa nascer em breve, o pacto (na naturalmente pôr em questão o demas que os anima — e não poderiam dar-se ao luxo, ainda que o desejassem, de fazer mais em "condições" ou seus projectos antes como de estes tomarem forma.

O dogmatismo, criança do socialismo?

A PALAVRA «dogmatismo» não é um termo adequado para a tendência político-ideológica que hoje normalmente designa. Não se trata, com efeito, de qualquer interpretação dogmática do marxismo, mas sim da sua revisão, duma tendência não-marxista de paralização da revolução socialista após a tomada do poder, duma ideologia estático-burocrática que imprime um determinado carácter à sociedade.

Assim, qualquer revolução socialista deve lutar não só contra essa forma «dogmática» de construção do socialismo, como também procurar definir ideológica e dialecticamente que socialismo se quer construir. O socialismo não é o poder burocrático em nome dos trabalhadores e em proveito da nova classe burocrática. É antes a continuação da revolução socialista através da participação dos trabalhadores, em formas autogestionárias, que permitirão uma permanência e cada vez maior realização dos reais interesses e direitos socio-económicos e políticos de todos os trabalhadores.

Quer pelo próprio conteúdo, quer pelas suas consequências sociais, o dogmatismo é uma tendência necessariamente direitista. Hoje, numa perspectiva de construção de socialismo autogestionário, qualquer tipo de dogmatismo não pode ser de esquerda, nem ser sequer uma «criança irrequieta do socialismo». Um critério de esquerda, hoje e aqui, só pode ser uma relação dialectica para-com a revolução socialista, para-com as possíveis formas de autogestão e o direito fundamental dos trabalhadores ao controlo efectivo da produção e da mais-valia.

Dividimos, portanto, o campo socialista em «esquerdas» e «di-

reitas», na autogestão socialista e nas tendências contrárias, não distinguindo essencialmente, quanto às consequências para a classe operária, se essas tendências se manifestam através duma usurpação estático-burocrática do controlo operário sobre a produção e mais-valia (capitalismo de Estado) ou mais subtil e tecnocráticamente sob outras formas individualistas e privadas, ainda que acompanhadas de cogestão (social-democracia e afins).

O dogmatismo é anti-cultura

O dogmatismo na cultura é uma expressão do passado, dum conservadorismo de raiz socialista, uma tentativa de «domesticação» da revolução. Com tal carácter é evidente que tanto na cultura como na arte é perfeitamente incapaz de criar qualquer coisa de novo e original. O problema do empenhamento na arte é transformado, pelo dogmatismo, num problema de aumento da eficácia da própria propaganda, do poder estatal burocrático e omnipotente, apoiando-se nalguns valores artístico-tradicionais duma maneira perfeitamente conservadora e imobilista. Contrária frontalmente o livre empenhamento social da arte no desenvolvimento da revolução socialista, em proveito da manutenção dum estado-quo insalvável e asfixiante. Tal concepção da arte e sua função social é, na raiz, pequeno-burguesa.

Pela natureza das relações socio-económicas em que, cresce, o dogmatismo é não só contrário à livre criação artística, mas a toda a criação em geral e, logicamente, contra o desenvolvimento natural duma revolução

socialista necessariamente criadora. A livre criação e a revolução só são possíveis a par e passo. Ora o dogmatismo, defendendo reais interesses socio-económicos e políticos de nova classe (burocrata), aparece como tendência frontalmente adversa à livre criação e à liberdade em geral e, por conseguinte, perfeitamente contra-revolucionária.

Nesta base, de modo banal e vulgar, introduz, até às últimas consequências, o conceito da arte como apresentação externa da beleza na sociedade, através da tese de que os artistas são «os engenheiros do espírito humano», tese profundamente revisionista e de carácter idealista utópico.

As duas «elites»

Neste quadro desenvolve-se, nalguns países ditos socialistas, o conceito da «cultura proletária» como cultura para os trabalhadores. Dentro da arte e cultura herdadas, fora duma perspectiva revolucionária, procura-se transferir a cultura duma classe (burguesa) para outra (operária). O problema da arte e criação dos trabalhadores é escamoteado, mediante a transferência oficial da arte e cultura tradicionais (tal como se dum objecto se tratasse), independentemente da existência possível e desejável na realidade proletária duma criação livre que é, assim, abortada no ventre. Solução de facilidade e conveniência propagandística, só possível num quadro paternalista de ditadura sobre os trabalhadores, que só prejudica e adia a real emancipação dos trabalhadores. Decreta-se a extinção das classes, ficando latente e

Luis Nunes da Ponte é coper de melhores dias a luta de classes entre o proletariado e a nova burguesia burocrática.

Nesta óptica, as belezas da cultura dita proletária só oferecidas aos trabalhadores para colmatar e substituir a beleza e humanismo atrofiados da existência da «alma» operária, introduzindo, também ao nível espiritual, as relações burocráticas no seio dos trabalhadores. O conceito mantém-se, pois, funcional, de aperfeiçoamento duma variante idealista de arte decorativa, dum carácter exterior bem próprio da criação humana.

De modo igual, no âmbito dos mesmos preconceitos oficialistas estabelecidos nos parâmetros duma concepção tradicionalista e tradicionalizada da arte e cultura, resolve-se o problema da cultura elitista e de massas através da massificação da cultura e arte existentes e herdadas das «elites». Em tais parâmetros, pragmáticos que não ideológicos, o problema é evidentemente insolúvel.

A cultura e arte tradicionais, já pela natureza da sua continuidade social e reprodução mecânica, já pelo próprio conteúdo, mantêm-se, na essência, de carácter elitista. Trata-se dum sistema de interdependências sociais entre a «elite» dos «criadores» e a «elite» dos apreciadores e consumidores. As mudanças quantitativas no campo dos apreciadores e consumidores não mudam, essencialmente, o fundo da questão. Pelo contrário: como desenvolvimento da indústria de consumo de divertimentos de massa, reforçam decididamente a cultura oficial elitista como substituto da livre criação da sociedade em geral e dos trabalhadores em especial.

PCP: da posse da chave à terceira vitória?

José António Saraiva

NA NOITE de quinta-feira, dia 28 de Agosto, o PCP, pela voz do seu secretário-geral Alvaro Cunhal, enquanto apela para uma plataforma de entendimento com o PS, admite publicamente, pela primeira vez de forma explícita, a substituição do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves. Vinte e quatro horas não eram passadas e o Presidente da República anuncia ao País, através de comunicado, a substituição de Vasco Gonçalves por Pinheiro de Azevedo.

E com este acto confirmava-se em absoluto aquilo que escreviamos na passada quarta-feira e viria a ser publicado no sábado nesta mesma página: o PCP, mercê duma jogada surpreendente e inesperada, tinha-se apoderado da chave da crise política aberta. Usando o documento do Copcon como sítio de salvação, fazendo dos oficiais operacionais «esquerdistas» seus aliados de circunstância — através, primeiro, da participação na manifestação unitária, e depois, dias mais tarde, pela adesão momentânea a uma «Frente Revolucionária» (cuja iniciativa de formação aliás lhe pertenceu) —, o PCP conseguia prolongar a vida do V Governo para além da sua morte séde factice e com isso ganhar o tempo necessário a uma reorganização das suas pedras e à preparação da sua participação no VI.

A terceira grande crise política da Segunda República

A terceira grande crise política da Segunda República arranha o PCP no mó de baixo

Rejeitado como corpo estranho em largas regiões do centro e do norte do país, contestado agora abertamente por amplos sectores militares, ultrapassado pela esquerda, o Partido Comunista, dum momento para o outro, parecia se ficar fofo de tudo. Põe-se a hipótese dum VI Governo chefiado por um dos «novos»: Vitor Crespo. Depois é o convívio formal, pelo Presidente da República ao general Carlos Fabião (o qual, recorde-se, quebrando um silêncio de longos meses tinha aparecido a criticar o comportamento da 3.ª Divisão e a verberar a atitude de alguns jornais, sobretudo os estatais), para a formação dum novo gabinete em que, diz-se, Melo Antunes e ainda Vitor Crespo poderão ser vice-primos ministros. É aqui que o PCP joga a sua grande cartada.

Numa reinvigoração de que poucos o julgariam capaz, o PCP passa, num momento, duma atitude de colagem incondicional ao MFA, dum seguidismo que chega a ser obcecivo, dum joguinho adentro do poder constituído (um poder que se diria já pertencer-lhe), a um alinhamento com a esquerda contestatária, a Oposição. A esquerda não majoritária, via finalmente compensados os seus esforços e confirmadas as suas teses sobre as potencialidades revolucionárias do Partido de Cunhal. E a Frente Unida põe na rua uma imensa manifestação. Só que, quando a manifestação sai à rua não reivindicava já o poder na rua — mas tão-só medidas no interior da máquina do Estado; só que, quando sai à rua, a manifestação não apoiava já o documento do Copcon — porque à frente dele se tinha me-

tido, subtil mas seguramente, o Plano de Acção do V Governo e do general Vasco Gonçalves. O PRP, os BR, Carlos Antunes e Isabel do Carmo, e não só, abandonam, cabibaiços e traidores, o Palácio de Belém.

O golpe tinha resultado: a batalha, provisoriamente, parecia ganha. Fabião tinha renunciado à formação dum novo Governo. Tudo voltava praticamente ao princípio — o PCP podia regressar outra vez ao «sítio dos gabinetes, à complexidade dos corredores dos ministérios, aos joguinhos silenciosos do Poder. A temperatura tinha passado.

Com o convívio «para conversações» feita ao PS na noite do dia 28, Alvaro Cunhal abandonava de facto a Frente Unida. A «esquerda revolucionária», os oficiais «esquerdistas», tinham deixado de ser preciosos — dando para a frente tornar-se-iam mero empilhão. Forte de si, colocado de novo no seu lugar, o PCP podia voltar a vestir a sua máscara «responsável».

Com a conferência de imprensa de quinta-feira o PCP regressava ao seu lugar no Poder. Mais do que isso: num golpe outra vez inesperado, mas contudo que companheiros e adversários esperariam, o PCP tirava as «chaves» e admitia a saída do V Governo. A situação política mudava rapidamente: vinte e quatro horas não eram passadas e o companheiro Vasco abandonava a chefia do ministério catão. Tido para a chapa suprema das Forças Armadas Apolinários de surpresa, e o PS e o PSD não tinham tido tempo para reflectir. Mário Soares pedia a sua saída. Mas o acto estava consumado: de grande vítima da crise

política aberta o PCP passava a seu aproveitador e viligeado.

Mas pergunta-se: se é verdade que o golpe resultou em como resistir a péssimo aparelho burocrático do Partido Comunista a estas inflexões bruscas? Ainda: que trunfos é que Cubelo em desespero de causa, se obrigado a jogar agora que se poderão vir a fazer falta no futuro? Uma coisa para já parece certa: o PCP perdeu a sua flanco da esquerda. A sua expressão do secretariado de Finanças deixa sobre si dúvida. E a «cartada da esquerda» era, para os comunistas, um triunfo secundário.

Para superar a presente situação o PCP viu-se obrigado a pôr em prática, Mas mais importante do que isso é que o PCP, com a sua jogada, levou uma desarticulação complexa das estruturas do Poder. Com as inesperadas mudanças de direcção os comunistas partiram o Poder aos bocados. Criaram situações em que duas das Regiões Militares de Comando aparecem em conflito aberto público com o seu Chefe.

Estado-Maior, em que o Chefe do Estado-Maior duma Armada (a Força Aérea) contesta a posição do Chefe do Estado-Maior das três Armas, em que o comandante das unidades operacionais se recusa a ficar na dependência do Comandante superior das Forças Armadas. Como é daqui? Entretanto a situação económica afunda-se, os desempregados aumentam, a produtividade e das cinco paradas mundo caem centenas de milhares de refugiados sobre a península continental do velho continente.

BRITO,

Quitério de

Polémicas

O ACTUAL Governador de Macau, coronel Garcia Leandro, escreveu uma longa carta ao EXPRESSO que publicámos no último número, carta essa que mais não era que uma resposta a texto de um dos nossos colaboradores. Nela foram visados aspectos da vida de Macau relacionados directa ou indirectamente com Quitério de Brito, agora ministro da Indústria e Tecnologia e também com o general Nobre de Carvalho, antigo Governador daquele território.

Quitério de Brito e Nobre de Carvalho respondem, por sua vez a Garcia Leandro.

Quitério de Brito (Ministro da Ind. e Tecnologia) responde a Garcia Leandro (Governador de Macau)

COM O TÍTULO «Carta aberta ao senhor major graduado em coronel Garcia Leandro a propósito da história de um ministro do V Governo Provisório».

Senhor Coronel (graduado) Garcia Leandro

Quem lhe escreve fi-lo não na qualidade de Ministro da Indústria e Tecnologia do V Governo Provisório mas sim na de cidadão livre dum país livre. Esta, penso eu, é a qualidade que mais se coaduna com o tratamento da nossa incompatibilidade de personalidades, que pelo senhor foi denunciada ao atacar o V Governo servindo-se de mim como veículo de combate.

É vil, da sua parte, atacar um grupo de verdadeiros patriotas, homens que, com elevado espírito de milícia e sacrifício e a fim de evitar grandes males de imediato, se dispuseram a formar um governo que de antemão sabiam ser de vida bastante limi-

tada e para servir um propósito bem definido: o da criação de um período de «cool-off» para que as forças políticas progressistas pudessem encontrar a fórmula de compromisso conducente à sua participação num Governo de Salvação Nacional.

Vil ainda é a atitude de o fazer utilizando-me como veículo. As nossas incompatibilidades de carácter e formação não o justificam. É que eu sou um apologeta da não violência e o senhor é um guerreiro nato que fugiu ao combate refugiando-se em Macau! (ronias dos destinos!)

Se as torpes insinuações que faz e a mentira que diz, fossem, no seu entender, verdadeiras, o senhor só tinha um caminho honesto, penso eu, a seguir: era o de participar os factos ao Senhor Presidente da República a quem tem acesso directo. Por que o não fez? Ah, já me esquecia da sua ligação «efectiva» aos «Noves». Gato escondido, com rabo de fora.

Vejamos agora as torpes insinuações que faz a meu respeito

e a mentira que diz. Sim, senhor Major graduado em Coronel Garcia Leandro, o senhor mente, é um mentiroso.

Aliás, já tinha notado, essa é uma das muitas virtudes da sua «sonantadora» personalidade autoritária e megalómana. Foi o senhor, aliás, que uma vez me disse que, em política, tudo é válido.

Vejamos então o que o senhor diz no ponto 19 da sua carta ao EXPRESSO, publicada a pág. 14 do mesmo semanário de 30.9.75 e que tão bem aproveitada foi para mais uma crítica ao V Governo. O título revela bem a importância que lhe dedicaram.

Sobre os outros pontos e se tivesse tempo disponível poderia fazer os meus comentários, pois também contém... coisas... como dizia o Soldado!

Mas vamos ao ponto 19:

1 — Sim, senhor, nunca fiz a guerra em África. Como muitas vezes lhe disse, sou um apologeta da não violência.

2 — Tive nos Estados Unidos, na Universidade de Kansas, em estudos de pós-graduação, durante 2 anos, o grau de Master of Science in Petroleum Management de que muito me orgulho pois sendo um programa raro e de extrema dificuldade consegui a classificação final de 3,82 num máximo de 4.

Fui seleccionado com base no meu curriculum académico e profissional. Não houve pedidos sem «scunhas». Eu era o único eng. maq. naval que, na altura, oferecia as exigentes condições de admissão impostas pela Universidade de Kansas (considerada uma das dez mais importantes dos Estados Unidos).

3 — Não administrei (talvez confusão resultante da sua ignorância do assunto), como o senhor afirma, mas sim dirigi as Oficinas Navais de Macau durante 5 anos, de 1964 a 1969, tendo passado lá os célebres acontecimentos de Dezembro de 1966. A população chinesa de Macau admira-me, particularmente a

partir desses acontecimentos, devido às minhas atitudes, comportamentos e relações com a comunidade chinesa e também pela forma como dirigi as Oficinas Navais.

Na verdade, para si senhor Garcia Leandro, o meu tipo de «administração» deve ter-lhe parecido celebre pois nessa altura (1965) formámos (eu e os operários), nas Oficinas Navais, um Conselho da Direcção com atribuições semelhantes às que agora competem, aqui em Portugal, às Comissões de Trabalhadores no respeitante ao Controlo Organizado da Produção pelos Trabalhadores. Só o que, meu caro senhor Leandro, isso aconteceu aí há 10 anos. E tudo funcionou maravilhosamente. São coisas que o senhor provavelmente não compreende.

4 — Não só trabalhei (como tarefeiro) para o GAS durante parte do regime marcelista, como também após o 25 de Abril de 1974 e até à minha nomeação como administrador por parte do Estado na CEM (também sem pedidos nem «scunhas» senhor Leandro. Conviviam-me!). Se quer insinuar que o trabalho tarefeiro no GAS tem conotação política então o que se dirá da sua função (que teve) como Chefe de Gabinete de um Governador de Timor ao tempo do fascismo?

5 — Foi eu que, em Dezembro de 1974, lhe sugeri que talvez, durante o desenrolar do processo da sua governação em Macau, fosse conveniente baixar os vencimentos dos altos funcionários da CEM. O seu apelo (eu diria melhor que em si, senhor Leandro, esse apelo teve uma forte caracterização de grito de inveja) não foi original. Não houve «ovridos de mercadores» como o senhor bem sabe. O que aconteceu foi que o senhor nunca soube nem conseguiu criar em Macau as condições sócio-económicas apropriadas para aplicação de tal medida. Esta uma das razões que me levou a deixar a CEM.

6 — Nunca me intuíste comunista. Contudo há pessoas que assim me rotulam, inclusive a minha mulher... mesmo muito antes do 11 de Março de 1975. Veni já dos meus tempos de Director das Oficinas Navais de Macau, senhor Garcia Leandro!

7 — Voltámos ao GAS. Aqui o senhor Major graduado em Coronel Garcia Leandro, mente. É mentiroso. O regresso ao GAS foi-me oferecido pelo Senhor Major Victor Alves (usando a expressão — nós precisamos de si lá —), quando este camarada se deslocou à Cimeira de Macau. Tenho testemunhas senhor Garcia Leandro.

Nunca na minha vida, nem na escola nem na vida profissional, me «scunhas» ou fiz pedidos. E, aos 16 anos já trabalhava como ajudante de mecânico de automóveis.

Quando em Julho, tendo eu pedido a minha demissão da CEM, regressi a Lisboa virna para voltar ao serviço da Armada. Foi uma decisão minha, senhor Leandro. Infelizmente isso não foi possível porque nessa altura senti bem que o meu dever de cidadão transcende o de oficial da Armada e daí vir a participar no V Governo Provisório.

8 — Já quase me esquecia referir que de facto fui dispensado do Conselho de Gerência da CEM pela Administração. Mas, há sempre um mas meu caro senhor Leandro, fui dispensado a meu pedido, repito a meu pedido! E é-lo precisamente porque o seu governo não soube criar as tais condições sócio-económicas necessárias para a resolução do problema da electricidade em Macau.

E por hoje é tudo meu caro senhor Major graduado em Coronel Garcia Leandro. Voltarei à lica, se for caso disso, mas em melhor oportunidade. Agora falta-me o tempo para gastar em querelas deste tipo que, aliás, me repugnam.

Fernando Quitério de Brito

O General Nobre de Carvalho (ex-governador) intervem na contenda.

COMO LEITOR assíduo do jornal EXPRESSO — que me habituei a apreciar desde o início da sua publicação — não me podia passar despercebida uma longa exposição do actual Governador de Macau, coronel Garcia Leandro, publicada no número de 30 de Agosto findo, em resposta a críticas anteriormente formuladas pelo sr. Hélio Dina, através do mesmo jornal.

De forma alguma pretendo imbuir-me nesta polémica. Simplemente, alguns reparos (poucos) tenho de fazer — mais com a intenção de esclarecer devidamente os leitores do EXPRESSO — em face da natureza de certas informações do actual Governador e que carecem de ser corrigidas ou completadas, já que fui governador de Macau desde Novembro de 1966 a 14 de Outubro de 1974, data em que terminei a minha comissão de serviço.

Muito acriticamente — e desde já — entro na matéria, solicitando que seja dada a conveniente publicidade no vosso tão conceituado jornal, e que antecipadamente agradeça.

1 — DESPESAS DO GOVERNO DE MACAU COM A ANP (UN)

Pelo menos durante o meu governo (seis anos) não houve qualquer encargo.

A comissão ocupava um edifício público, é certo, mas pagava a respectiva renda mensal, consumo de água e electricidade, telefone, etc. Juízo que havia uma quotização mensal dos filiados. A propósito, devo dizer que, como si bem se sabe, em Macau, a ANP(UN) nunca desenvolveu acção relevante — que não era necessária — com teve características de "partido único".

2. — "As duas comunidades (portuguesa e chinesa) viviam, em muitos aspectos, de listas votadas. Hoje já tal não acontece", etc, etc, tal como hi do n.º 9 da exposição.

Há manifesto exagero na afirmação feita. De resto, nesta matéria melhormente se poderia pronunciar cidadãos (lêgoes) portugueses e chineses residentes em Macau há muitos anos e órgãos (lêgoes) da imprensa local.

Ninguém se deve esquecer do

gravíssimo período que se viveu em Macau no final da década de 60, nem das suas causas.

— Era natural que, em certa medida, a mudança operada no regime político em Portugal (25 de Abril) se tivesse reflectido favoravelmente em Macau no que toca às relações com a comunidade chinesa, pelo menos com os sectores mais directamente ligados à República Popular da China.

No entanto, segundo consta, a esperada melhoria não tem sido apreciável. Por outro lado, conhece-se a actual posição (irredutível) — e suas razões — do Governo de Pequim no que respeita ao estabelecimento de relações diplomáticas com o nosso país, apesar dos esforços já desenvolvidos por parte do Governo Português nesse sentido.

3 — LEI BANCÁRIA: A SITUAÇÃO ERA DE CAOS QUANDO O ACTUAL GOVERNADOR CHEGOU A MACAU, ETC.

Trata-se de uma afirmação que se considera descabida. Qual situação de caos? Porquê? Que a Lei Bancária em vigor carecesse de alguns aperfeiçoamentos, Admitte-se. Até 1970, o território de Macau não dispunha de legislação bancária privativa, situação que não convinha se mantivesse.

Na verdade, só através de um sistema bancário adequado se poderia apoiar a notável expansão industrial e comercial que se verificava; impunha-se, pois, que se definisse o regime jurídico do comércio bancário em Macau.

A Lei Bancária actualmente em vigor — e respectiva regulamentação — ficou-se devendo a competentes técnicos das de Lisboa, um dos quais se encontra hoje em Macau no desempenho de alto cargo.

Decerto, aquela legislação conterá actuais imperfeições mas não cunha que, desde Novembro do ano findo, algo tenha sido feito no sentido corrente. Sem dúvida que toda a problemática tem de se ser encarada a uma nova luz, merced da nacionalização da banca portuguesa e do maior grau de autonomia que, de há muito, se espera para Macau.

No que respeita ao valor da pa-

taca em relação ao dólar de Hong-Kong, sabe-se que esse valor se tem degradado de forma notável, desde o final do ano findo até hoje. As causas são várias, evidentemente; a percentagem de desvalorização tem sido variável, mas o certo é que tem excedido largamente a que anteriormente se registava.

— O investimento estrangeiro em Macau havia parado quando o actual governador chegava a Macau em Novembro de 1974. Hoje começa a voltar, etc.

Hoze, decerto, alguma ansiedade e expectativa sobre o que iria resultar para Macau como consequência do "25 de Abril", com natural reflexo no "desejo de investir" por parte de estrangeiros.

No entanto, em Outubro de 1974 alguns projectos de investimento estrangeiro estavam correndo seus tramites, outras já tinham merecido parecer favorável do Governo de Macau e outras, ainda, aguardavam o resultado de estudos a cargo de técnicos do Ministério da Coordenação Interterritorial.

5 — Quando fizer um ano de governo estarão quase todas as estradas das seras asfaltadas, que quando chegarem eram de terra batida.

Trata-se, desta vez, de uma afirmação inteiramente de rejeter por inverídica, decerto devido a delicada inferença. Não julgo possível que haja outra causa. Seja como for, tal afirmação carece de rectificação.

— Em Outubro de 1974, à excepção da estrada do alinho de Ka-Hô para Ka-Hô (ilha de Coloane), todas as restantes principais estradas das duas ilhas (Taipa e Coloane) estavam já macadamizadas ou com trabalhos de macadamização em curso; a estrada de Coloane para a igreja de Cheok-Van estavam, mesmo, asfaltadas.

Como se sabe, uma estrada macadamizada não é o mesmo que de terra batida.

Os trabalhos de asfaltamento das várias estradas já macadamizadas (nas ilhas de Taipa e de Coloane) haviam já sido adjudicadas antes de Outubro de 1974 e alguns troços os trabalhos de asfaltamento já se haviam iniciado. A importante estrada do Alinho

de Ka-Hô para Ka-Hô, na ilha de Coloane, essa, sim, era em terra batida mas o projecto definitivo estava já sendo elaborado, o mesmo sucedendo com a estrada da Ponte da Cabrita — completamente aberta há três anos — e estradas na região dos "Sete Tanques", etc., na ilha de Taipa.

6 — REFERÊNCIA AO DR. NETO VALENTE, SECRETARIO DO LEAL SENADO, E MEMBRO INFLUENTE DO CENTRO DEMOCRATICO DE MACAU (CDM):

Contrariamente ao afirmado pelo Governador de Macau, o dr. Neto Valente não foi "protegido do antigo Governador Nobre de Carvalho, por conta de quem serviu de intermediário angariando oficiais do QP para trabalharem na MP".

Trata-se de uma afirmação incoerente e desproprietária.

O dr. Neto Valente chegou a Macau como oficial subalterno do QP, bem carecido de apoio moral — que lhe foi dado — já que havia sido perseguido pelo anterior regime por razões políticas.

Não tem qualquer base séria a parte restante das afirmações. Como é curial, o Governador não iria recorrer a um oficial subalterno do QP para conseguir um oficial do QP para Comissário Provincial da MP., cargo cujo preenchimento, aliás, nunca ofereceu qualquer dificuldade, sempre exercido por um capitão (pelo menos), escolhido pelo próprio Governador com a colaboração do Comandante Militar. Isto até 1972, pois a partir deste ano o cargo passou a ser desempenhado por um civil.

— Para terminar, embora o assunto me não respeite, nem tenha recebido "procuração" do interessado, não posso deixar de explicitar a minha admiração por ver etiquetado de "ferrenho marxolista" o arquitecto Silva Manóias, o que toda a gente em Macau sabe bem não ser verdade.

Resta-me, agradecido desde já, a atenção que presta das a este despretensioso esclarecimento, ao mesmo tempo que lhe apresento os meus melhores cumprimentos.

General José Manuel Nobre de Carvalho